



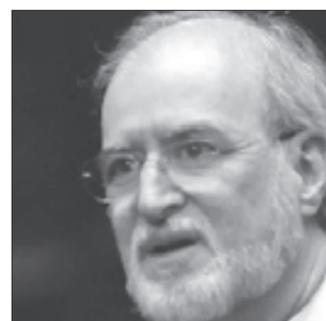
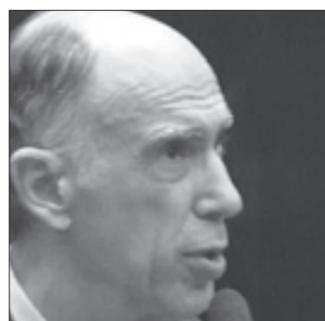
Orçamento prevê superação da crise e crescimento de 4%

O Orçamento da União para 2010, último ano do governo Lula, deve chegar nesta segunda-feira ao Congresso. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, diz que a proposta deve embutir a previsão de que o país já está superando a crise econômica internacional, podendo crescer 4% no ano que vem

página 3

Reforma eleitoral deve ser votada para valer já em 2010

página 2



Plenário do Senado deve examinar, nesta terça-feira, proposta de lei eleitoral que foi relatada por Marco Maciel (E) e Eduardo Azeredo

trabalho

Mais profissões perigosas podem ter adicional

página 10

educação

Dedicação exclusiva para professores

páginas 6 e 7

cidadania

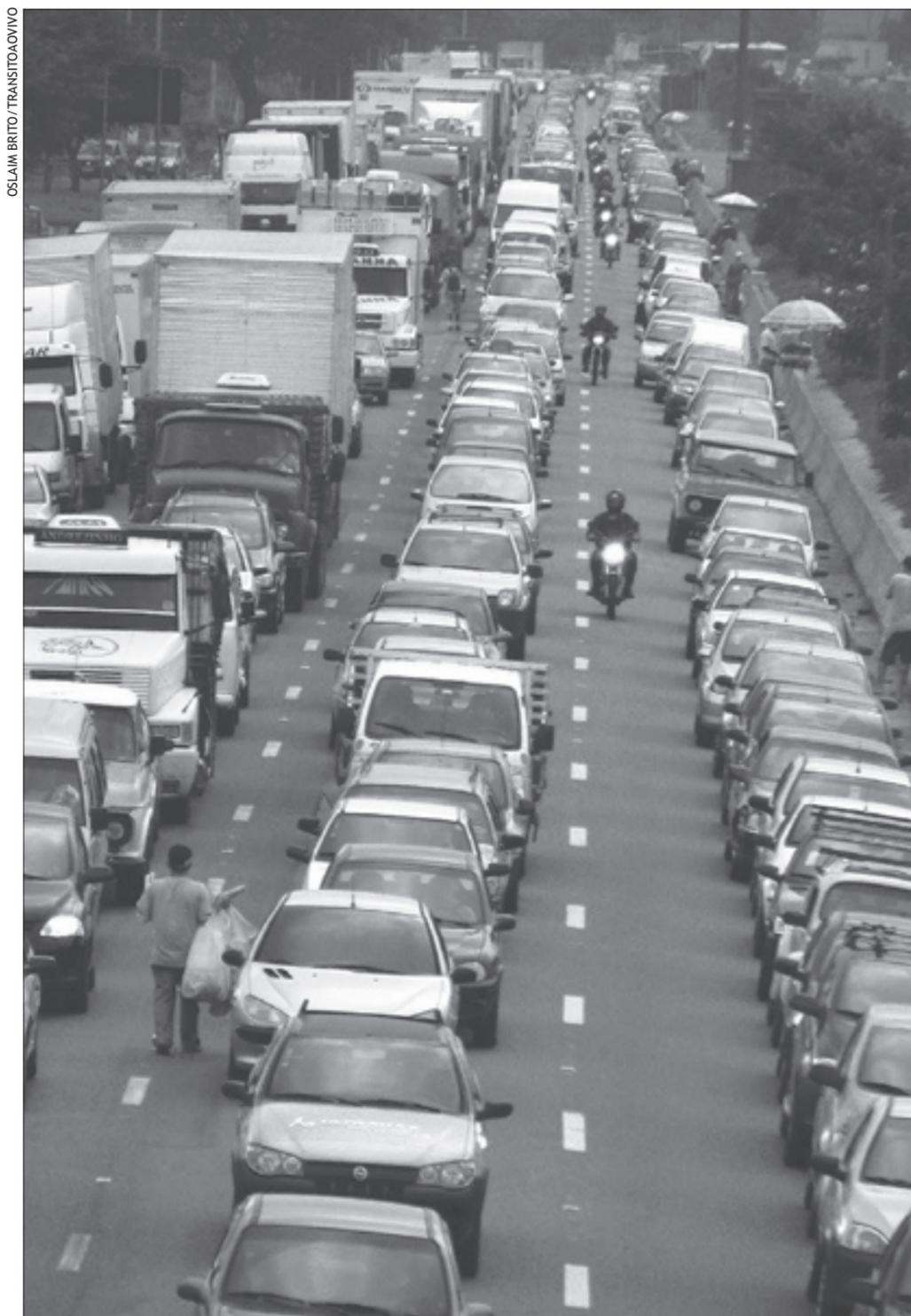
Restrições à venda de remédios

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) definiu novas regras para a comercialização de medicamentos, tanto no atendimento em farmácias e drogarias, quanto pela internet. Os estabelecimentos terão prazo de seis meses para se adaptar.

página 16

e mais...

agora é lei	4
projetos aprovados	10
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Trânsito caótico em São Paulo: estima-se que poluição urbana mate 13 mil brasileiros por ano

Senadores têm projetos para reduzir poluição do ar

páginas 8 e 9

agenda

Reforma eleitoral corre contra o tempo e deve ser votada na terça

Para mudanças valerem em 2010, relatório conjunto de Maciel e Azeredo precisa ser aprovado pela CCJ e CCT e votado em Plenário na quarta, para que possa voltar à Câmara no mesmo dia

O projeto de lei da Câmara (PLC 141/09) que muda a legislação eleitoral será votado nesta terça-feira pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Para que as mudanças possam vigorar nas eleições de 2010 – com destaque para as novas regras sobre uso da internet –, precisam ser aprovadas e sancionadas, pelo menos, um ano antes do pleito, ou seja, até 3 de outubro deste ano.

Na semana passada, os relatores nas duas comissões – Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pela CCT, e Marco Maciel (DEM-PE), pela CCJ – apresentaram parecer conjunto sobre o projeto e pedido de vista coletivo adiou a votação para esta terça.

Os relatores analisaram 74 emendas ao projeto. Segundo o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a votação nas comissões precisa ser realizada terça-feira, para que o Plenário da Casa possa examinar a proposta na quarta-feira e enviá-la, no mesmo dia, à Câmara dos Deputados, para análise das modificações realizadas pelos senadores.



Maciel (E) lê o relatório feito a quatro mãos com Azeredo (D), ao lado de Flexa Ribeiro e Demostenes Torres

Para facilitar a análise pelos senadores, Demostenes solicitou aos relatores a elaboração de um quadro comparativo com as principais modificações sugeridas pelo Senado, entre elas, a permissão para veiculação de propaganda eleitoral paga na internet.

Essa publicidade ficará restrita aos sites noticiosos, mantendo

a proibição de propaganda em páginas de pessoas jurídicas cuja atividade final não seja relacionada à oferta de serviços de informação pela internet.

O PLC 141/09 também permite que as pessoas físicas façam doações pela internet, usando um cartão de crédito. Os relatores no Senado sugerem incluir o telefone como ferramenta

adicional para facilitar as contribuições.

O relatório também proíbe a impressão dos votos registrados pelas urnas eletrônicas. O dispositivo está previsto no texto da Câmara para permitir que a Justiça Eleitoral possa realizar auditoria no sistema informatizado de votação, adotado desde a década passada.

MP 462 pode conter alívio para exportadores

O governo vai tentar construir no Senado, durante a discussão da Medida Provisória (MP) 462, uma solução para minimizar o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga as empresas exportadoras a devolver à Receita Federal cerca de R\$ 50 bilhões por conta de utilização de crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 1990 a 2002.

A MP 462, editada para socorrer prefeituras impactadas pela crise internacional, já tranca a pauta do Senado. Ela deverá ser a última MP aprovada na Câmara com os chamados “contrabandos” – assuntos sem ligação com o tema principal.

O relator da medida, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou ao **Jornal do Senado** que a alternativa seria abater os juros da dívida dos exportadores que, segundo ele, já podem recorrer ao chamado Refis da crise (Lei 11.941/09), que concedeu parcelamento de até 180 meses, com redução de 60% das multas. A cobrança cai até a anistia total, caso a dívida seja paga à vista. No entanto, os juros atualizados pela Selic, conforme Jucá, ainda pesam muito. O Refis só concedeu abatimento de 25% nos parcelamentos de 180 meses e 45% nos pagamentos à vista.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Petróleo – A comissão continua a debater a Agenda 2009-2015, sobre desafios estratégicos setoriais na infraestrutura. Para o painel “Petróleo, etanol e biocombustíveis – Diferenciais estratégicos” foram convidados o professor Adriano Pires, da UFRJ; o diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, Marcos Sawaya Jank; e o professor Sérgio Valdir Bajay, da Unicamp.

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Biodiesel – A comissão analisa, entre outros itens, projeto que permite a produção, venda e uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras e outros veículos e máquinas utilizados na produção, no beneficiamento e no transporte de produtos agropecuários.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Mutuários – Entre os 41 itens da pauta, proposta que autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo e cria a cédula hipotecária, com objetivo de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes. Também na pauta projeto que reduz

alíquota da tabela do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.

10h – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plano nacional – Reunião para debater o tema “Política e plano nacional sobre mudanças climáticas e a perspectiva do Brasil para a COP-15”, com a participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

10h – CPI DA PEDOFILIA

Internet – Reunião vai debater a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia. A comissão ouve Fernando Luís Mattos da Fonseca, o DJ Marlboro e Júnia Fonseca Duarte.

11h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eleições – As comissões votam o PLC 141/09, que altera a Lei dos Partidos Políticos e fixa normas para as eleições de 2010.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Efeito estufa – Entre os 14 itens na pauta, a comissão examina o PLS 46/08. A proposta estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Outra proposta proíbe a cobrança adiantada

de mensalidade referente a serviço a ser prestado. Outro projeto em pauta fixa o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.

11h – EDUCAÇÃO

Recenseamento escolar – Entre os projetos a serem votados, consta o que visa garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. A primeira proposta a ser analisada institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior.

14h – CPI DA PETROBRAS

TCU – A comissão ouve o auditor de Finanças e Controle do Tribunal de Contas da União André Delgado de Souza; o diretor de Relações Institucionais da Pini Serviços de Engenharia, Mário Sergio Pini; e o consultor da Pini Serviços de Engenharia, Luiz Raymundo Freire de Carvalho.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Auto-atendimento – Na pauta, projeto que torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de auto-atendimento da rede bancária. Vinte outros projetos incluídos na pauta tratam da conces-

são para a exploração de serviços de radiodifusão.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Terras indígenas – A comissão examina proposta que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

HIV – Um dos projetos em análise na comissão garante aos filhos de portadores do HIV o direito de receber leite especial para evitar o contágio.

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E EDUCAÇÃO

Ensino – As comissões debatem proposta sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. Foram convidados, entre outros, os presidentes da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Moacir Feitosa, e do Conselho de Secretários Estaduais da Educação, Maria Auxiliadora Rezende.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Traslados – A comissão analisa projeto que determina a obrigatoriedade de a União trasladar corpo de brasileiro falecido no exterior.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
Pauta trancada – Antes de deliberar sobre qualquer matéria, os senadores devem tratar da Medida Provisória 462, que socorreu as prefeituras após o impacto da crise internacional..

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

11h – Sessão especial
Homenagem – Comemoração do Dia do Corretor de Imóveis.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

agenda

Orçamento conservador terá de ser ajustado pelo Congresso

O último orçamento do governo Lula prevê crescimento da economia de 4% e aumento real nos valores de aposentadorias e pensões

O Congresso recebe nesta segunda-feira, cumprindo o prazo constitucional de 31 de agosto, o último orçamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ser uma peça “conservadora”, como classificou o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta orçamentária do Executivo deve embutir nos seus cálculos a previsão de que o país já está superando a crise econômica internacional.

A aposta é de um crescimento em torno de 4% em 2010, segundo Jucá. “Este ano foi o fundo do poço. Mas saímos rapidamente. Subimos de elevador e não pela escada. A atividade econômica foi retomada. O governo teve coragem de cortar arrecadação, baixando impostos para manter o consumo. Temos indicadores excelentes de geração de emprego, renda, e nas atividades industrial e agrícola”, analisou o senador, responsável pela relatoria da receita do Orçamento de 2010.

Esse impulso na economia deverá ajudar o governo a fechar suas contas do próximo ano. Apesar da queda de 27,9% na arrecadação federal, divulgada na quinta-feira, na comparação do acumulado dos sete meses encerrados em julho com o mesmo período do ano passado – cenário que serve de base para a estimativa do Orçamento de 2010 –, o governo já conta com os ajustes que serão feitos no Congresso.

A primeira reestimativa de receita deverá ser votada pela Comissão Mista de Orçamento em outubro, com uma atualização em novembro, após o governo enviar a última avaliação dos indicadores macroeconômicos, como produto interno bruto, inflação, câmbio e preço do petróleo. “Vamos analisar a retomada do preço do petróleo. Temos um fator novo incidindo, que é a arrecadação do pré-sal que, em tese, pode gerar algum desdobramento”, disse Jucá, referindo-se às regras para a exploração das reservas de petróleo em alto-mar, que devem chegar ao Congresso esta semana.

Outra ajuda deverá vir da decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou em 13 de agosto

a extinção do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 5 de outubro de 1990. Com isso, os exportadores que usaram esse crédito para abater no pagamento de outros tributos federais, após essa data, terão de devolver cerca de R\$ 50 bilhões aos cofres do Fisco (veja página 2).

O pagamento dessa dívida poderá ser parcelado. Mas uma parte dele deverá reforçar o caixa do Tesouro ainda em 2010. Esses recursos, segundo Jucá, não poderão ser usados para bancar custeio e pessoal, mas poderão ajudar nos investimentos ou pagamentos de dívidas do governo.

Nessa mesma linha, o relator aposta na aprovação dos projetos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que, entre outros objetivos, agilizam a cobrança da dívida ativa, atualmente em tramitação na Câmara. Mas deixou claro que não conta com a Contribuição Social para a Saúde (CSS), tentativa de recriar a CPMF com alíquota bem mais baixa, defendida por deputados governistas. “Ela é importante. Mas temos que discutir se esse é o momento oportuno de se criar essa legislação”, aconselhou.

A proposta do Executivo deve chegar, segundo o líder do governo na CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), com previsão do reajuste das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo, com base na inflação mais a metade da taxa de crescimento do PIB de dois anos anteriores ao aumento, ou seja, 2008. O acordo fechado na Câmara na semana passada, e que está sendo questionado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), prevê o início desse pagamento em janeiro.

Como ocorre todos os anos, a CMO terá que acomodar as pressões dos próprios ministérios. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, informou que o seu orçamento sem gastos com pessoal é de R\$ 13,5 bilhões, contra R\$ 11 bilhões desse ano. Mas a Marinha só tem capacidade para fiscalizar a região do pré-sal durante 15 dias por mês: o orçamento da Marinha tem R\$ 400 milhões a menos do que foi solicitado para 2010.



PSDB e DEM, liderado por Agripino (E), receberam mais recursos de emendas que base aliada, reconhece Romero Jucá

Governo vai liberar emendas para pacificar base aliada

Com a queda de R\$ 26,5 bilhões na arrecadação do primeiro semestre e dificuldades para ajustar o seu fluxo de caixa, o governo praticamente estancou a liberação de recursos das emendas individuais que atendem os interesses dos parlamentares nas suas bases eleitorais. Apenas R\$ 177,75 milhões foram empenhados até 25 de agosto, conforme o Siga Brasil do Senado, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Esse valor representa somente 3,1% das novas dotações criadas pelos parlamentares no orçamento de 2009, no total de R\$ 5,74 bilhões. Não estão contabilizadas as emendas que alteram dotações já definidas no projeto de lei do Executivo, o que explica a diferença com o montante global das emendas individuais de R\$ 5,9 bilhões.

Diante desse quadro, parlamentares da base aliada, capitaneados pelo PMDB, se insurgiram contra essa decisão do governo. Ameaçaram obstruir os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento e votações no Plenário da Câmara. Na quarta-feira, conseguiram fechar um acordo com o governo para liberar as emendas individuais até o final do ano. O montante será de R\$ 1 bilhão a cada mês, somando R\$ 4 bilhões até dezembro.

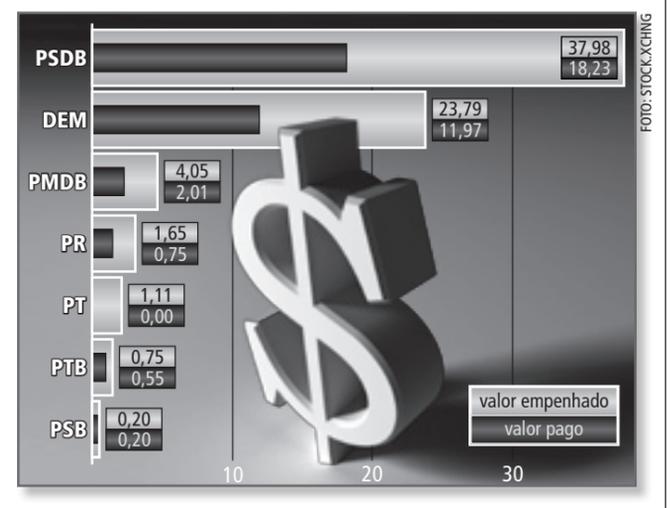
O governo já havia se compro-

metido a liberar R\$ 1,2 bilhão, na época da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que acabou não ocorrendo. Levantamento sobre a execução das emendas apresentadas pelos senadores, de acordo com o Siga Brasil, mostrou que apenas R\$ 69,5 milhões foram empenhados até 25 de agosto. Desse total, o DEM e o PSDB obtiveram as maiores liberações. O PT e o PMDB conseguiram empenhar quantias irrisórias, sendo que os senadores petistas não receberam um centavo de suas emendas (veja tabela).

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, reconheceu que o fluxo de liberação de emendas está muito abaixo do patamar dos anos anteriores. “O problema não é de vontade política, mas de limitação orçamentária, de fluxo financeiro condizente com a arrecadação”, justificou. Jucá afirmou que o governo poderá liberar valores superiores a R\$ 1 bilhão de acordo com a recuperação da receita nos próximos meses. E avisou que emendas de bancada, de maior valor, só serão discutidas no final do ano.

O que já saiu do cofre

Execução orçamentária de programação decorrente de emendas individuais (em R\$ milhões) até 25 de agosto



Fonte: Prodasen/SigaBrasil/Siafi (os partidos PP, PDT, PRB, PSC, PSOL e PCdoB não possuem valores empenhados)

Veto para compensar Lei Kandir ameaça votações

Os líderes dos partidos com assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO) devem se reunir nesta terça-feira para começar a aparar as arestas que já ameaçam avançar a tramitação do projeto da lei orçamentária de 2010. A principal delas, por enquanto, é o veto ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que obrigava o Orçamento a prever recursos de R\$ 1,3 bilhão para ressarcir os estados exportadores, como forma de compensar as perdas decorrentes da Lei Kandir.

Esse dispositivo, um dos 28 vetos feitos à LDO sancionada no último dia 12, estava incluído no rol negociado pela oposição. A justificativa do governo é de que os valores dessa compensação da Lei Kandir devem estar no Orçamento e não na LDO. Mesmo assim, na Câmara, alguns deputados oposicionistas avisaram que essa decisão presidencial pode comprometer votações futuras na CMO.

Diante do descontentamento generalizado, o senador Almeida Lima (PMDB-SE), que preside a comissão, resolveu

mediar a negociação com o governo e reunir os líderes para definir uma pauta de votações. Só em créditos adicionais, a CMO tem que deliberar sobre 25 projetos.

Entre os outros pontos vetados pelo presidente da República, está o que permitia aos estados, municípios e Distrito Federal reduzir sua contribuição para o superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública) em 0,05% do produto interno bruto (PIB), desde que esse valor fosse aplicado em investimentos.

debates

Meio-Norte terá investimentos para impulsionar turismo

Em debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o coordenador do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte, Júlio Miragaya, informou que o governo investirá na recuperação de rodovias e portos no Maranhão, no Ceará e no Piauí.

Entre as melhorias, disse, estão a pavimentação de rodovias e melhoria nos portos de Parnaíba e Luís Correia, ambos no Piauí.

Miragaya anunciou ainda incentivo a programas de desenvolvimento sustentável e planos de manejo em áreas de preservação.

João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou a implantação de aviação regional como forma de alavancar o turismo na região, que tem a pior renda *per capita* do país.

INDICAÇÕES

O Plenário do Senado aprovou a recondução de Dalvino Franca ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), com 35 votos a favor e 17 contrários. O líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), elogiou a formação de Franca em recursos hídricos.

Foi aprovada também a indicação de Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para o cargo de procurador-geral do Cade, do Ministério da Justiça. Ele recebeu 29 votos favoráveis e 24 contrários. A decisão do Plenário será agora comunicada à Presidência da República.

PROMOÇÕES

Os indicados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público não precisam mais entregar declaração renunciando ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou integrar lista para ingresso em qualquer tribunal durante o mandato e até dois anos após seu término. Projeto de resolução (PRS 22/09) aprovado pelo Plenário suprime a exigência. A proposição, de José Sarney (PMDB-AP), modifica resolução do Senado que estabelece normas para apreciação dessas indicações. A matéria vai à promulgação.



Representantes de exportadores, produtores e trabalhadores acusaram ainda a retração do mercado mundial este ano

Cartelização é culpada por crise na citricultura

Senadores sugerem a criação de mecanismos que permitam arbitrar a comercialização do produto e aumentar poder de negociação dos produtores

Representantes de produtores de laranja e exportadores de sucos cítricos reconheceram, em debate das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que o setor atravessa uma de suas piores crises. Os produtores culpam a cartelização do setor nos últimos 20 anos. Já os exportadores, que consideram a concentração econômica do setor normal, acusam a retração do mercado mundial.

O presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, Flávio de Carvalho Pinto, reconheceu que a cartelização, a partir dos anos 90, expulsou do mercado pequenos e médios produtores e quem saiu lucrando com isso foram empresas aliadas à Coca-Cola

e à Pepsi-Cola. Ele defendeu o restabelecimento da concorrência no setor e preços mínimos para a laranja.

O presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, Christian Lohbauer, disse que o preço da laranja industrializada sofreu queda de 17%, com excesso de estoques nos Estados Unidos e na Europa. Lohbauer defendeu que o governo subsidie o setor e faça uma campanha mundial para aumentar o consumo. Ele apoia ainda o projeto que obriga as escolas públicas a servirem suco de laranja ou de frutas regionais.

Para Eduardo Porfírio, da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo, a concentração do setor provoca o empobrecimento

dos pequenos produtores. Os trabalhadores, disse, recebem apenas um salário mínimo e colhem 57 caixas.

Os senadores fizeram sugestões para minimizar os impactos da concentração e verticalização do processamento, da comercialização e do sistema logístico de distribuição a granel do suco. Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs a criação de uma câmara de arbitragem para a citricultura, a exemplo do que ocorre com a cana-de-açúcar. Já o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), sugeriu a criação de cooperativas, enquanto a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu subvenção oficial para o segmento, a fim de garantir emprego e reduzir os preços dos alimentos.

Programação monetária leva em conta retração do PIB

A programação monetária do terceiro trimestre, enviada pelo Banco Central (BC) ao Congresso, leva em conta os resultados negativos do produto interno bruto (PIB). O relator do projeto de decreto legislativo (PDS 612/09) que aprovou o documento do BC, senador Romero Jucá (PMDB-RR), registrou, porém, que a economia nacional apresenta sinais de recuperação da crise nos mercados financeiros internacionais e a perspectiva de a trajetória declinante das taxas de juros deve favorecer o mercado de crédito. A queda do comércio exterior também entrou no cálculo da programação monetária para o período.

mação monetária para o período.

Outro projeto (PDS 611/09), também relatado por Jucá e aprovado pelo Plenário, refere-se à programação monetária para o segundo trimestre deste ano e leva em conta parâmetros similares.

– O cenário de obstrução dos canais de crédito nos mercados financeiros internacionais esteve associado à perda de dinamismo do setor industrial; à deterioração das expectativas de empresários e consumidores; à redução dos fluxos de comércio externo; e à adequação do nível de estoques – afirma o BC.

Valadares: conciliação entre Defensoria e Ministério Público

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator de projeto que altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública, deve apresentar, nesta terça-feira, nova versão do relatório com a análise da matéria. O anúncio foi feito ao fim de audiência na CCJ na qual integrantes do Ministério Público disseram que prerrogativas exclusivas dessa instituição estão sendo transferidas à Defensoria, órgão que presta assistência judiciária a quem não pode pagar advogado.

Mesmo favorável ao projeto, o relator quer trabalhar pela conciliação dos pontos de divergência. "São duas instituições imprescindíveis ao país e que atuam de forma complementar", disse.

Especialistas querem fortalecimento da Defensoria Pública

O fortalecimento da Defensoria Pública, como forma de fazer justiça aos mais pobres e a grupos vulneráveis, foi defendido em debate, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre projeto de lei do Executivo (PLC 137/09) que reorganiza a Defensoria.

Ao contrário do que o **Jornal do Senado** publicou sexta-feira, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antônio Carlos Bigonha, não acredita que o projeto seja o melhor caminho para fortalecer o setor por promover "uma usurpação de atribuições" entre Defensoria e MP.

EMISSORAS COMUNITÁRIAS

O estabelecimento de novas regras de funcionamento das rádios e TVs comunitárias deverá ser analisado por um grupo de trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A sugestão foi feita pelo presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), durante debate sobre denúncias de descumprimento da legislação por rádios comunitárias e educativas. O grupo deve estudar novas leis para o setor. Lobão Filho (PMDB-MA) prepara parecer sobre projeto que regulamenta as emissoras comunitárias de televisão e pode incluir regras para as rádios comunitárias.

PERÍCIAS CRIMINAIS

O Senado aprovou projeto com regras para as perícias oficiais criminais. A proposta dá autonomia técnica e funcional ao perito; exige concurso público com formação acadêmica específica para o cargo; prevê regime especial de trabalho; e considera as atividades de perícia oficial criminal como exclusivas de Estado.

O projeto (PLC 204/08) abrange os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas com formação superior específica. Os papiloscopistas (profissionais que analisam as impressões digitais) foram acrescentados no Senado à lista.

agora é lei

Mais agilidade nos tribunais superiores para processos penais

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) podem convocar juízes da área criminal para fazerem interrogatórios e ajudarem em processos. É o que estabelece a Lei 12.019/09, sancionada no último dia 21 pelo presidente Lula.

A lei foi proposta pelo presidente e pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministros Gilmar Mendes e Cezar

Peluso. A medida busca economizar tempo nos processos penais, já que, segundo o relator da proposta na CCJ do Senado, senador Demostenes Torres (DEM-GO), as cortes superiores em pouco tempo estariam inviabilizadas pelo acúmulo de processos penais.

Os tribunais superiores são responsáveis por conduzir ações penais contra autoridades. O STF julga o presidente e o

vice-presidente da República, deputados federais, senadores, ministros de Estado, entre outros, enquanto o STJ julga, por exemplo, os governadores.

Pela nova lei, juízes e desembargadores, estaduais ou federais, podem ser convocados pelos relatores dos processos nos tribunais superiores por seis meses, prazo que pode ser prorrogável por igual período até o limite máximo de dois anos.

internacional

Aprovada cláusula de direitos humanos para o Mercosul

Firmado em 2005, o Protocolo de Assunção – compromisso com a proteção dos direitos humanos entre os países que integram o Mercosul – foi reafirmado na semana passada pelo Plenário do Senado. Aprovado na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 486/09, o documento passou antes pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O acordo determina que os países do Mercosul devam cooperar para a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais por meio dos mecanismos institucionais estabelecidos no bloco.

O texto do acordo representa a “cláusula de direitos humanos do Mercosul”, assim como a cláusula democrática foi definida pelo Protocolo de Ushuaia (Argentina), de 1998.

O texto destaca a importância do respeito aos direitos humanos para a própria sobrevivência do Mercosul, assim como já é a manutenção do regime democrático na região. O relator da

materia disse que o protocolo será aplicado nos casos de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, quando o país envolvido estiver em situação de crise institucional ou em estado de exceção.

O Plenário também ratificou outro documento do Mercosul, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias, assinado no Rio de Janeiro, em 2007. Relatado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o PDS 400/09 recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Anteriormente, foi apreciado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Segundo exposição de motivos assinada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a proposta tem por objetivo adequar o Protocolo de Olivos a futuras alterações no número de países integrantes do Mercosul. Dessa forma, deverão ser modificados os artigos 18, 20 e 43 do Protocolo de Olivos.



Jobim dá explicações aos senadores, na semana passada: programa custará o equivalente a R\$ 18 bilhões

Jobim defende parceria francesa para submarinos

Segundo o ministro da Defesa, acordo a ser assinado “simbolicamente” no dia 7 tem como ponto mais importante a transferência de tecnologia

O acordo com a França permitirá ao Brasil ingressar no pequeno grupo de países – Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e China, além da própria França – capazes de projetar, construir e operar submarinos nucleares, afirmou o ministro da Defesa, Nelson Jobim. O documento será assinado “simbolicamente” no dia 7 de setembro, durante visita ao Brasil do presidente Nicolas Sarkozy, informou o ministro.

Jobim ressaltou a transferência de tecnologia como o ponto mais importante do acordo, durante audiência pública promovida conjuntamente pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O ministro rebateu as críticas feitas à escolha da França como parceira para a construção de cinco submarinos – dos quais um de propulsão

nuclear – até 2021. Conforme as críticas, o Brasil gastaria menos se optasse por submarinos de tecnologia alemã.

– Os alemães não constroem submarinos de propulsão nuclear e não transferem tecnologia – disse Jobim.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) custará 6,7 bilhões de euros (cerca de R\$ 18 bilhões). De acordo com o ministro, o Brasil precisa tanto de submarinos convencionais como de submarinos movidos a energia nuclear.

Enquanto os convencionais podem atuar de 50 a 500 metros de profundidade e têm velocidade de 4 a 6 nós, comparou, os nucleares atuam em profundidades maiores e movimentam-se com velocidades de 6 a 35 nós. Ou seja, os

submarinos convencionais podem atuar em águas rasas mais próximas da costa, observou, ao passo que os nucleares seriam indicados para águas profundas e áreas mais distantes.

Entre as principais missões da Marinha contidas na Estratégia Nacional de Defesa, citou Jobim, encontra-se a defesa das plataformas petrolíferas – inclusive das áreas do pré-sal – e das instalações navais e portuárias. A aquisição dos cinco submarinos, por meio do acordo com a França, é considerada fundamental para esse objetivo. O primeiro submarino convencional será montado na França; aqui, serão construídos os três convencionais restantes e o casco do nuclear, cujo reator está sendo desenvolvido pela Marinha em Iperó (SP).

Acordo prevê colaboração para construir cinco submarinos

GERALDO IMAGELA



Pedro Simon foi o relator, na Comissão de Relações Exteriores, do projeto que ratifica o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias

Acordos internacionais são ratificados pelos senadores

Por acordo de líderes e em votação simbólica, cinco acordos internacionais firmados pelo Brasil foram aprovados pelo Plenário na quarta-feira. O primeiro (PDS 495/09) foi assinado com Israel e prevê cooperação na área agropecuária, com destaque em projetos de irrigação e em transferência de tecnologia.

O segundo (PDS 504/09), assinado com a Espanha, busca cooperação entre os dois países na área cultural. São fixadas normas para a obtenção de diplomas de certificação de conhecimento da língua do país de origem.

O terceiro (PDS 490/09) aprova o texto da Medida I (2003) sobre o funcionamento do Secretariado do Tratado da Antártida.

Os outros dois acordos (PDS 501/09 e PDS 485/09) foram firmados com a Índia

e com a África do Sul. O da Índia prevê normas sobre o exercício de atividades remuneradas por parte do pessoal dependente de diplomatas que servem nos dois países. O da África do Sul, que também abrange a Índia, estrutura cooperação em sociedade de informação, inclusive para superar atrasos na área de tecnologia, prevendo cooperação para inclusão digital.

Na terça-feira, os senadores ratificaram acordo de convênio de seguridade social entre o Brasil e a Espanha (PDS 476/09). Aprovaram também texto de acordo que estabelece uma faixa livre de construções em zonas urbanas da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai; e de isenção de vistos em passaportes comuns a Brasil e El Salvador. (Veja, na página 10, todos os acordos ratificados).

Parlamentares elogiam Ano da França no Brasil

O Plenário do Senado realizou sessão especial em comemoração ao Ano da França no Brasil e à ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural no país. Os parlamentares destacaram a forte influência em vários países dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, lema da Revolução de 1789, e, principalmente, da importância dos valores culturais da França para os brasileiros. O Ano da França no Brasil foi criado para fortalecer a parceria estratégica entre os dois países e ocorre em reciprocidade ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005. A sessão foi realizada por sugestão do senador Adelmir Santana (DEM-DF). O vice-presidente do grupo parlamentar Brasil-França, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), mencionou a democracia como um dos principais legados daquela sociedade e afirmou que, “se hoje a democracia é uma regra”, deve-se a esse país europeu.

Homenagem às Forças Armadas em Plenário

O Dia do Soldado (25 de agosto) foi lembrado em uma sessão solene do Congresso Nacional, na qual os discursos enfatizaram a necessidade de mais recursos para as Forças Armadas, a presença das mulheres nas tropas e a atuação brasileira no Haiti. Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Sarney (PMDB-AP), Serys Shessarenko (PT-MT) e Paulo Duque (PMDB-RJ) ressaltaram o papel das Forças Armadas na integração nacional e na defesa das fronteiras. Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou também que “o grande desafio estratégico é a Amazônia”. Azeredo e Mercadante defenderam ainda mais recursos no Orçamento federal. Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu investimentos em ciência e tecnologia.



Escola pública do Paraná: pesquisa revela insatisfação dos professores com a profissão. Mas aqueles que ensinam crianças mais novas, em salas com menos alunos, são justamente os que se dizem mais realizados

Dedicação exclusiva é nova ideia para valorizar professor

Projeto em discussão no Plenário do Senado quer assegurar 70% da remuneração paga nas universidades aos que optarem pela proposta

Depois de aprovar a lei que institui o piso salarial nacional para o magistério (Lei 11.739/08), o Senado continua a votar propostas para valorizar o professor da educação básica e, assim, buscar uma melhoria significativa no ensino nacional.

O novo foco é a criação de um incentivo financeiro para professores que se dediquem exclusivamente ao ensino. Esse é o objetivo, por exemplo, de projeto (PLS 4/08) que garante, pelo menos, 70% da remuneração dos professores das universidades federais aos professores da educação básica (infantil, fundamental e ensino médio) com dedicação exclusiva e a mesma qualificação.

que ingressa na carreira como doutor (esse valor, segundo o Ministério da Educação, pode chegar a R\$ 10 mil em 2010).

Aprovado pela Comissão de Educação (CE), a proposta poderia já estar na Câmara, mas um recurso à decisão da comissão – com base na resistência do governo ao projeto dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marisa Serano (PSDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR) – remeteu ao Plenário a decisão final sobre o assunto.

O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), considera injusto que a remuneração nos primeiros anos do ensino seja um fator de desmotivação dos professores.

– O magistério brasileiro apresenta graves distorções salariais, uma vez que as remunerações são maiores na educação superior, que atrai os melhores quadros, até pelo conforto no trato com um público adulto e

maduro. O sistema atual, por natureza, reserva à educação básica os profissionais menos qualificados – reclama Camata.

O MEC, no entanto, por meio da coordenadora-geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica, Helena Costa Lopes de Freitas, não considera a proposta viável no momento, por falta de recursos. Segundo ela, o governo tem dificuldades até mesmo para pagar o piso nacional para os professores da educação básica, que foi questionado na Justiça (leia mais na página 7).

Para Cristovam Buarque, porém, o financiamento é uma questão de definição das prioridades nacionais. Segundo ele, primeiro deve-se discutir o mérito da proposta para, então, buscar os recursos para implementá-la.

Em outra proposta (PLS 320/08), já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na pauta da CE, Cristovam pretende implantar a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.



Cristovam (E), um dos três autores do projeto, e Camata, relator, destacam que modelo salarial para o magistério brasileiro só privilegia hoje quem ensina nas universidades

Pesquisa revela que só um em cada cinco está satisfeito com profissão

Dois pesquisas realizadas em 2007 apontam que quatro entre cinco professores brasileiros ou não estão satisfeitos com a profissão ou não se sentem valorizados pela sociedade.

A pesquisa do Ibope, encomendada pela revista *Nova Escola*, ouviu 600 professores da rede pública de ensino municipal e estadual nas capitais e revela que apenas 21% dos professores se disseram muito satisfeitos ou satisfeitos com a profissão.

Apesar de 90% dos professores considerarem uma boa condição financeira fundamental para a qualidade de vida, apenas 32% afirmaram terem conquistado essa condição com o seu trabalho.

A pesquisa também demonstra que os professores mais satisfeitos são os que trabalham com crianças mais novas e possuem mais tempo para cada uma delas, pois têm menos alunos por sala.

Outro levantamento, realizado pelo Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária de São Paulo (Cedac) com 3.500 professores, a pedido da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), mostra que 79% dos professores se sentem desvalorizados pela sociedade.

Os órgãos encarregados pela educação também são responsáveis por essa falta de reconhecimento para 71% dos entrevistados. Os pais de alunos também não valorizam o magistério para mais da metade (51%) dos professores que responderam à pesquisa.

O levantamento detectou ainda que os professores de escolas particulares estão mais satisfeitos com a profissão que os de escolas públicas. Enquanto 42% do primeiro grupo disseram ter satisfação, 71% dos que trabalham em escolas privadas responderam dessa forma.

Inspiração veio do full-time americano

Segundo o jurista Hely Lopes Meirelles, que foi um dos principais nomes do Direito Administrativo, a dedicação exclusiva e o adicional de tempo integral vêm do regime *full-time*, criado nos Estados Unidos como incentivo para que o profissional possa se concentrar em apenas uma atividade, geralmente intelectual.

Esse mecanismo foi previsto pela primeira vez no Brasil na Lei 3.780, de 1960, permitindo que o funcionário público que exercesse atividade técnico-científica, de magistério ou de pesquisa optasse por esse regime e suas vantagens. Para isso, o servidor não poderia acumular outra atividade, pública ou privada, com poucas exceções.

A ideia é que as atividades de pesquisa científica e de magistério exigem maior atenção do funcionário, que é estimulado a ficar integralmente à disposição do trabalho que desenvolve, com um só empregador. Também pretende evitar que o trabalho desenvolvido para a administração pública seja aproveitado em outro emprego, o que afeta especialmente a pesquisa científica, cuja autoria é propriedade intelectual do pesquisador e também da instituição.

Regras têm pequenas variações

As regras para a dedicação exclusiva ou tempo integral, em geral, valem também para os estados, variando apenas o adicional e algumas normas para concessão.

Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, o departamento de pessoal deixa claro que o professor com dedicação exclusiva deve prestar 40 horas semanais em dois turnos diários completos, e não pode exercer qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada.

As exceções, de acordo com o Decreto 94.664/87, são a participação em órgãos colegiados relacionada com as funções de magistério ou em comissões julgadoras ou de sindicância, referente ao ensino ou à pesquisa.

Eles podem ainda receber direitos autorais ou outros relacionados com seu trabalho intelectual.

Medida ajudará na redução das disparidades regionais do ensino

A aplicação de padrões únicos para a educação brasileira é apontada como uma das formas de reduzir as disparidades de índices e de sistemas entre as diversas regiões e, principalmente, entre as zonas urbanas e rurais do país. Isso sem contar as discrepâncias de *performance* entre alunos da rede pública e da rede privada (veja gráfico ao lado).

Estudo da Secretaria Geral da Presidência da República, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006, do IBGE, apontou que um em cada cinco jovens (de 18 a 29 anos) na zona urbana abandonou a escola antes de completar oito anos de ensino fundamental.

Os estados do Nordeste lideram essas estatísticas, com 35% de jovens nessa situação, seguidos pelos do Norte (31%), Centro-Oeste (25%), Sul (19%) e Sudeste (18%). Dados como esses fazem com que os municípios do Nordeste demostrem

rem muito mais para atingirem as metas fixadas pelo governo.

Há ainda cerca de 2,5% dos jovens em idade escolar nas cidades consideradas analfabetos.

No estudo *Panorama da educação do campo*, o MEC constata que a população rural está em situação inferior à urbana. Levando em conta que o aumento de um ano de escolaridade média leva em torno de uma década, o estudo calcula que a população rural levará mais de 30 anos para alcançar o nível da urbana.

Quando comparados o desempenho e a evasão de alunos de escolas públicas e privadas, fica evidente que os que frequentam as escolas do Estado geralmente não completam sequer o ensino médio. Apesar de também registrarem evasão, as escolas privadas têm maior homogeneidade entre os alunos que entram no sistema e os que recebem o diploma.

Desempenho na área rural é muito inferior ao verificado nas cidades

Piso nacional, já em vigor, ainda não vale em 17 estados

Uma das fórmulas encontradas pelo Congresso para melhorar a remuneração dos professores, o piso nacional de R\$ 950, começou a ser implantado em 1º de janeiro passado. Antiga reivindicação da categoria, saiu do papel em julho de 2008, quando o Senado aprovou e o presidente Lula sancionou a Lei 11.738/08, resultado do projeto do senador Cristovam Buarque (PLS 59/04), que contou com o apoio do MEC. O piso será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor (INPC).

Porém, a parte da lei que reserva um terço da jornada de trabalho de 40 horas semanais para a preparação de aulas ainda não entrou em vigor. Os governadores de cinco estados (MS, SC, PR, RS e CE) questionaram a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), que, apesar de manter o piso em julgamento em dezembro passado, suspendeu a aplicação das regras sobre a carga horária.

Segundo os governadores, o tem-

po que os professores têm reservado para planejar as aulas varia de estado para estado, o que faria que para cada quatro professores, um tivesse que ser contratado.

A ação dos governadores também questiona que o piso não leva em conta gratificações e outras vantagens que hoje fazem parte da remuneração dos mestres em vários estados.

Para os autores da ação, a lei também seria inconstitucional por não observar a autonomia dos es-

tados para gerenciar seus recursos humanos. Até a decisão final do STF, que ainda não foi agendada, os estados e municípios podem continuar definindo a carga horária dos seus professores.

Apesar de a lei ter entrado em vigor há mais de sete meses, o secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Helelino Araújo, aponta que 17 estados ainda não pagam o piso nacional de R\$ 950.

Relatório sugere estratégia para dar o grande salto na educação

Relatório de ciclo de debates realizado pela CE e apresentado pelo senador Cristovam Buarque à Presidência do Senado em fevereiro de 2007 reitera o óbvio: os esforços para melhorar o ensino no Brasil têm que passar pela valorização do professor, ou seja, pela melhoria da remuneração desse profissional.

De acordo com o documento, os 2 milhões de professores da educação de base estão desmotivados “pela má remuneração, pela degradação do espaço de trabalho, pela falta de equipamentos e pelo resultado insatisfatório do seu esforço”.

A impossibilidade de atrair profissionais bem qualificados e a falta de motivação dos que estão nas escolas impedem, então, a melhoria dos padrões educacionais como um todo.

– O Brasil só será um país educado quando, ao nascer uma criança, seus pais desejem que ela tenha a profissão de professor da educação básica. Hoje, o magistério chega

a ser visto como atividade secundária. A definição de um padrão mínimo para salário e formação do professor é um passo fundamental. A revolução educacional só ocorrerá se o magistério atrair os quadros mais brilhantes – propõe Cristovam.

Para isso, o relatório defende que sejam definidos padrões nacionais de salário, formação e dedicação do professor, nos moldes do que ocorre com as empresas estatais, com concurso público nacional. A medida combateria a grande diversidade de salários (veja infográfico ao lado) pagos nos estados e municípios.

– O caminho é a definição de padrões nacionais para todas as 164 mil escolas públicas, independentemente da cidade onde estejam. Hoje, o resultado dessa diversidade é que a criança brasileira tem seu futuro condenado, em função da cidade onde tiver nascido ou viva – afirma o senador.

O funil da exclusão educacional no Brasil			
Número de alunos matriculados no sistema educacional brasileiro.			
	Ano	Ensino público	Ensino privado
Ensino fundamental	1ª série	4.123.778	478.966
	2ª série	3.886.676	450.613
	3ª série	3.617.707	443.193
	4ª série	3.590.858	429.817
	5ª série	4.103.182	414.701
	6ª série	3.486.708	394.412
	7ª série	3.030.895	378.336
	8ª série	2.763.901	371.928
	Concluintes	2.131.957	339.733
Ensino médio	1º ano	3.273.534	378.369
	2º ano	2.430.942	342.025
	3º ano	2.103.155	338.678
	Concluintes	1.556.545	302.070
Ensino superior	Ingressos	335.767	1.417.301
	Concluintes	183.085	553.744

Dados de 2006 - Fonte: MEC/INEP



Poluição do ar nas grandes cidades preocupa senadores

Projetos querem obrigar frota nacional a reduzir sua emissão de poluentes, pela substituição de combustíveis ou por incentivos fiscais

Controle da emissão de poluentes pelos carros nacionais, investimentos em combustíveis mais limpos, incentivos à produção do biodiesel e estímulos à fabricação de automóveis elétricos estão entre as medidas que os senadores defendem para combater a contaminação do ar nas grandes cidades por mais de 30 milhões de veículos. A poluição, em casos como São Paulo, chega a mais que o dobro do tolerável, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os 2,4 milhões de caminhões e ônibus, que representam menos de 10% da frota, emitem mais de 45% dos gases poluentes para a atmosfera. Graças aos altos teores de enxofre do óleo diesel nacional (veja o infográfico), os danos causados à saúde são enormes. A própria OMS estima que, no Brasil, 13 mil pessoas morrem por ano em decorrência da poluição urbana (leia mais na página ao lado).

Já os 28 milhões de veículos leves do país consomem 45 bilhões de litros de combustível por ano, dos quais 25 bilhões de álcool etanol, mais limpo que a gasolina. O problema é que a quantidade de carros nas ruas agrava os congestionamentos, colocando as principais capitais na iminência de enfrentar um colapso no sistema viário.

Combustível isento de enxofre, o óleo vegetal seria uma alternativa para diminuir a poluição, acredita o senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Em projeto de lei (PLS 81/08), ele defende a comercialização e o uso do produto pela frota de ônibus e caminhões, já que o óleo vegetal *in natura* tem custo muito inferior ao biodiesel,

que hoje compõe em 3% o diesel nacional.

Uma proposta (PLS 44/09) do senador Flávio Arns (PR), já aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), isenta de IPI por dez anos os veículos movidos a eletricidade, para transporte de passageiros e de cargas, como os minicarros, equipados com motor elétrico, com motor a combustão flex ou com motor híbrido-elétrico flex.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovou o PLC 85/07, prevendo que o governo poderá comprar ou alugar automóveis com motores flex, que hoje representam 90% dos modelos que saem das fábricas. O problema é que uma lei de 1998 obrigava o poder público a só adquirir carros movidos a álcool. Por sugestão do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), motocicletas com motores flex também poderão ser integradas à frota oficial e, ainda, adquiridas com incentivos fiscais.

O ex-senador Síbas Machado quer dar ao brasileiro a chance de escolher o carro de sua preferência entre os que menos poluem. Por isso, seu projeto (PLS 15/08) torna obrigatória a divulgação, ao consumidor, da composição e da quantidade de poluentes emitidos por cada modelo de automóvel. Gilberto Goellner é o relator na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e aprova a sugestão.



Engarrafamento no trânsito de São Paulo: a grande quantidade de carros é responsável pela contaminação do ar, que ultrapassa o limite tolerável

Já o senador Gim Argello (PTB-DF) quer obrigar as montadoras a produzirem carros com motores econômicos, permitindo assim a redução da poluição atmosférica. O PLS 55/08 também está sendo analisado pela CMA e o relator é Valter Pereira (PMDB-MS). O projeto define a meta, em um prazo de cinco anos, de 10% de redução do consumo de combustíveis pelos carros produzidos no país. Segundo a proposta, os fabricantes deverão apresentar, em um ano, planos de adequação a essa meta.

Na Câmara dos Deputados, uma dezena de projetos busca contribuir para a redução da poluição nas grandes cidades, com sugestões como a afixação de uma etiqueta indicando os níveis de emissão de cada veículo, maior rigor nas inspeções dos motores pelos órgãos ambientais e de trânsito e até mesmo obrigando as montadoras a só produzirem automóveis cujo índice de emissão de poluentes atmosféricos seja igual a zero.



O senador Gilberto Goellner (E) quer que o óleo vegetal, que não tem enxofre, seja usado pelos 2,4 milhões de ônibus e caminhões em circulação. Já o senador Flávio Arns sugere a isenção de IPI para incentivar compra de carros elétricos



Situação fora de controle

A opção pelo transporte individual em automóveis inviabiliza metrópoles

O trânsito nas grandes cidades brasileiras gera uma perda de 5% na produtividade

São Paulo tem 6,55 milhões de veículos e 1.500 novos veículos são licenciados por dia no estado

A inspeção veicular pode reduzir em até 50% as emissões de poluentes de motores desregulados

Até o fim da década de 80, as emissões de poluentes pelos veículos brasileiros eram 97% maiores do que as atuais

Fontes: Proconve, Fundação Dom Cabral, Cetesb/SP

Fumaça assassina

Nas grandes cidades brasileiras, poluentes matam. O enxofre, altamente cancerígeno, é responsável pela morte de cerca de 3 mil pessoas por ano somente na cidade de São Paulo.

Até o fim da década de 80, as emissões de poluentes pelos veículos brasileiros eram 97% maiores do que as atuais.

A poluição gerada pelos veículos em São Paulo, de 28,1 microgramas/m³ de material particulado inalável, está quase três vezes acima do limite considerado tolerável pela Organização Mundial de Saúde (10 microgramas/m³).

Na cidade de São Paulo, o custo da poluição no sistema de saúde ultrapassa US\$ 1,5 bilhão ao ano.



Fonte: Laboratório de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da USP

Com diesel mais limpo, menos riscos à população

Estudo realizado pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente, a pedido do Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo, revelou que em 2009, pelo menos, 818 toneladas de partículas poluentes, se só fosse vendido óleo diesel com menor teor de enxofre. A Resolução 315 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) previa a adoção, desde janeiro passado, do diesel com, no máximo, 50 partes de enxofre por milhão – o diesel S-50 –, mas a medida foi adiada.

Reduzir as partes por milhão do enxofre presente no diesel vai permitir que os catalisadores dos veículos (ônibus/caminhões) sejam mais eficazes no controle da emissão das partículas finas e de ozônio na atmosfera, maiores vilões da poluição atmosférica nas grandes centros urbanos. O Brasil segue, assim, muito atrasado em relação à adoção de um combustível menos poluente, medida adotada há décadas em países como Estados Unidos e Canadá (o teor máximo é de 15 partes por milhão) ou na Europa (entre 10 e 50 partes por milhão). No lugar da resolução, foi assinado, em outubro de 2008, o termo de ajustamento de conduta, acordo firmado pelo MPF com a Petrobras e a indústria.

A medida prevê que ainda serão utilizados no Brasil o diesel S-500 (500 partes por milhão) nas regiões metropolitanas, o S-1.800 no interior e áreas rurais e o S-50 para frotas cativas de ônibus de São Paulo (confira infográfico e tabela). Para adequar o seu parque de refino às exigências ambientais, a Petrobras está investindo US\$ 1,2 bilhão na construção de cinco unidades de hidrotreatamento, ne-

cessárias para a produção do óleo diesel com baixo teor de enxofre.

Ao mesmo tempo, o Conama baixou outra resolução, tratando da nova fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), fixando limites menores para a emissão de poluentes por veículos pesados novos. Porém, a norma só entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 e inclui a adoção do diesel S-10 (com 10 partes por milhão de enxofre) para novos veículos pesados. O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o uso

de óleo diesel de má qualidade no Brasil, enquanto outros países só aceitam os motores denominados Euro 4, que queimam o S-50, o chamado diesel limpo.

– Por que os pulmões dos brasileiros têm que respirar um veneno que outros países já baniram e que o Laboratório de Poluição Atmosférica da USP já comprovou ser venenoso? Se as montadoras dispõem de tecnologia para fabricar motores limpos, adaptados ao diesel limpo, por que só produzem esses motores para exportação? – questionou Valadares.



Redução de poluentes salvaria 900 mil vidas por ano

A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica, em estudo, que a redução dos poluentes lançados no ar poderia salvar cerca de 900 mil vidas por ano. A entidade calculou que, somente no Brasil, 13 mil pessoas morrem todos os anos nas médias e grandes cidades por causa da poluição, a maioria por conta da fumaça expelida pelos escapamentos.

O Laboratório de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) revelou, em março passado, que a poluição gerada pelos veículos na maior cidade do país está quase três vezes acima do limite considerado tolerável pela OMS. O paulistano respira um ar com 28,1 microgramas de poluentes por metro cúbico, contra os 10 microgramas por metro

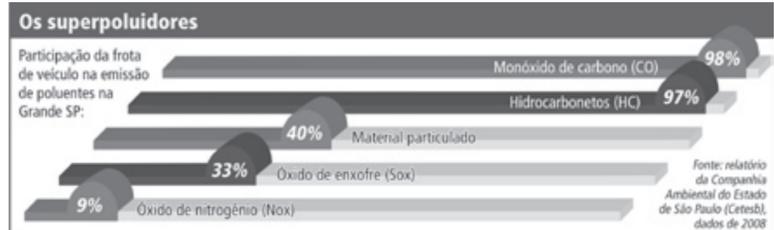
cúbico toleráveis.

A poluição dobrou o número de vítimas nos últimos cinco anos. São, de acordo com a USP, 20 mortes por dia na Grande São Paulo. Além das vidas perdidas, a fumaça dos carros traz prejuízos para o sistema de saúde – o estudo calculou despesas anuais de R\$ 334 milhões com 13,1 mil internações decorrentes de doenças pulmonares. Um quarto desse custo é bancado pelos cofres públicos.

O médico Paulo Saldiva, um dos autores do estudo, disse que essa é uma questão de saúde pública de prioridade máxima, por isso o governo deveria impor regras à indústria automobilística e às distribuidoras de combustível. “A poluição do ar atinge a todos, ninguém consegue se livrar dela. Não

temos opção, individualmente, de solucionar o problema”, declarou Saldiva, ao participar de audiência pública sobre poluição veicular organizada pelo Ministério Público de São Paulo.

Até o fim da década de 80, as emissões de poluentes eram cerca de 97% maiores do que as de hoje. A redução só foi possível graças ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), que desde 1986 estabelece metas e mecanismos de redução de poluentes liberados por carros. As montadoras foram obrigadas a implantar tecnologias de controle, como motores mais modernos, catalisadores e filtros. A Petrobras também teve de mudar a formulação do combustível para adequá-lo a essas melhorias.



Trânsito à beira do colapso em São Paulo, Rio, BH e Porto Alegre

A velha expressão “São Paulo não pode parar” esbarra nas conclusões de uma pesquisa sobre o trânsito em quatro capitais brasileiras: o prazo para o colapso do trânsito nessas metrópoles caiu consideravelmente em 12 meses. Segundo estudo realizado pela Fundação Dom Cabral (MG), São Paulo pode conviver com um estado de ruptura no tráfego de veículos em apenas quatro anos, caso nenhuma grande intervenção seja realizada.

Nas demais cidades pesquisadas, a realidade é menos dramática, mas igualmente alarmante. No Rio, o sistema pode entrar em colapso em apenas nove anos. Porto Alegre e Belo Horizonte, metrópoles menores que têm sistemas de transporte coletivo menos sofisticados, correm o risco de ver o trânsito chegar a esse ponto em 12 anos.

Desde 2004, os pesquisadores têm cronometrado os engarrafamentos em diversos pontos, e também entrevistado as vítimas do caótico trânsito nas quatro capitais. Nas medições, concluíram que as retenções de tráfego matinais começam a se prolongar de maneira assustadora, podendo, em alguns anos, se encontrar com os picos da tarde.

“A paralisação dos fluxos de

trânsito deve ser evitada a todo custo. Esse efeito de arrasto, que chega a atingir não só os principais corredores de tráfego, mas também as avenidas e ruas adjacentes, configura-se em uma zona permanente de lentidão, de alta emissão de poluentes e com alto risco para a segurança dos usuários, associado a enormes prejuízos econômicos”, alerta o estudo da fundação, voltada para o treinamento de executivos e empresários.

Na média, mais da metade dos moradores das capitais disse enfrentar, pelo menos, dois engarrafamentos diários, que lhes roubam um mínimo de duas horas. No caso dos paulistanos, 38% declararam perder três horas no tráfego paralisado.

Apesar disso, e da percepção (para nove entre dez motoristas) de que os congestionamentos estão aumentando, poucos admitem recorrer ao transporte público para ajudar na redução dos carros nas ruas (15% em São Paulo, 9% no Rio, 7% em Belo Horizonte e apenas 2% em Porto Alegre), ainda que seja dominante (entre 53% e 62%) a convicção de que a solução, a longo prazo, está na melhora de serviços como ônibus, metrô e trens urbanos.

Rotina de tempo perdido

Alguns resultados da pesquisa que mediu os engarrafamentos e ouviu moradores de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro

O que você faz para evitar os engarrafamentos?

Opção	PoA	SP	BH	RJ
Nada	21	13	25	22
Sair mais cedo ou mais tarde	29	35	35	50
Mudar a rota	24	23	18	7
Usar transporte coletivo	11	26	16	17
Outros	15	3	6	4

Quanto tempo você fica em congestionamentos por dia?

Tempo	PoA	SP	BH	RJ
Menos de 1 hora	6	4	6	4
1 hora	45	13	44	28
2 horas	40	36	42	53
3 horas	5	38	6	8
Mais de 3 horas	4	9	2	7

Aumento no tempo de congestionamentos

Ano	PoA	SP	BH	RJ
2006	12%	16%	12%	13%
2007	14%	16%	17%	17%
2008	19%	18%	15%	12%

Os congestionamentos cresceram também em frequência: 15% em São Paulo e Rio e 20% em Porto Alegre e Belo Horizonte, em relação a 2007.

Em São Paulo, a cada minuto, formam-se 150 metros de congestionamento. Em 2005, eram 100 metros.

Fonte: Congestionamentos nas principais capitais do país, da Fundação Dom Cabral

Desigualdade nas ruas de São Paulo

O transporte individual é o grande vilão do trânsito na capital paulista. Carros, motos e táxis ocupam 88% das avenidas, mas só transportam 49,1% das pessoas. O transporte coletivo só utiliza 12% das faixas, porém leva 50,9% das pessoas.

Fonte: cálculos de Horácio Augusto Figueira, consultor de engenharia de tráfego e transportes



decisões

JOSE CRUZ



José Nery, Inácio Arruda (atrás), Paulo Paim e Flávio Arns na CAS: projeto beneficia salva-vidas, vigilantes e vigias, entre outros

Adicional para outras profissões perigosas

Conforme projeto de Paulo Paim, profissionais expostos a risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física receberão adicional de periculosidade

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que inclui entre as hipóteses que geram pagamento de adicional de periculosidade as atividades profissionais que expõem o trabalhador a risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.

Paulo Paim afirma que profissões como as de salva-vidas, vigilantes, vigias e seguranças privados trazem risco à vida e à

integridade física dos que as exercem, mas não estão no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do direito ao adicional de periculosidade – de 30% – para trabalhadores em contato com inflamáveis ou explosivos.

Para o senador, essa situação é injusta, por tratar diferentemente trabalhadores expostos ao mesmo problema. Se não houver recurso para análise em Plenário, o projeto (PLS 387/08), aprovado em decisão terminativa na CAS,

segue para exame da Câmara.

Também em decisão terminativa, foi aprovado projeto (PLS 196/09) de Patrícia Saboya (PDT-CE) que fixa o piso salarial nacional em R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Conforme a proposta, o piso salarial será integralizado de forma progressiva e proporcional no prazo de 12 meses. A relatora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou que os agentes de saúde têm importante papel no combate às doenças.

Projeto garante que imóvel de fiador seja impenhorável

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que muda regras do sistema de fiança relativo aos alugueis, para garantir que o imóvel de moradia do fiador também passe a ser considerado impenhorável. Pela lei atual, o imóvel de residência da família não pode servir como garantia em qualquer transação econômica, havendo apenas a exceção que desfavorece os fiadores locatícios, sujeitos ao risco de terem sua moradia penhorada para cobrir alugueis atrasados do inquilino a quem ofereceu fiança.

A proposta (PLS 408/08), do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovada em decisão terminativa. Papaléo observou que, desde a edição da chamada Lei do Bem da Família (Lei 8.009/90), o país passou a oferecer uma garantia mínima aos proprietários de imóvel e a suas famílias ao vedar a penhora do imóvel utilizado como moradia. Porém, o fiador de imóvel de aluguel acabou excluído dessa proteção por lei posterior (Lei 9.245/91) que instituiu o sistema de locação de imóveis urbanos.

Familiar deverá ter 90 dias para requerer pensão por morte

O prazo máximo para que a pensão por morte seja requerida junto à Previdência Social poderá ser ampliado de 30 para 90 dias, de acordo com proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Desde dezembro de 1997, com a mudança na lei que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência, esse direito só é contado a partir do óbito quando o benefício for requerido até 30 dias desde a data do falecimento. Se esse tempo for ultrapassado, passa a valer a data do requerimento formal do benefício.

Na avaliação do senador

Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto (PLS 466/03), a família do segurado falecido, ainda abalada com esse fato, muitas vezes deixa de encaminhar dentro dos 30 dias a documentação necessária para a concessão da pensão. Assim, os dependentes acabam perdendo o direito de receber o benefício entre a data do óbito e a do efetivo requerimento.

Paim acrescenta que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às vezes exige da família uma série de documentos que nem sempre podem ser providenciados no prazo de 30 dias.

DÍVIDAS COM FIES

Para regularizar dívidas com o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), os estudantes poderão contar com condições semelhantes às oferecidas pelo governo aos produtores rurais inadimplentes. É o que determina o PLS 8/09, de Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

DIPLOMA OBRIGATÓRIO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou pedido para debater proposta que inclui na Constituição a obrigatoriedade da exigência de diploma em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, para exercer a profissão de jornalista. Serão convidadas entidades de classe dos jornalistas e de representação de empresas do setor de comunicação.

FALSO TESTEMUNHO

O falso testemunho e a falsa perícia oferecidos em inquérito civil poderão ser considerados práticas criminosas, de acordo com projeto (PLS 52/09) de Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta é fruto de sugestão da Associação Paulista do Ministério Público.

NOVA UNIVERSIDADE

A Comissão de Educação aprovou o PLC 152/09, que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. A UFFS, sediada em Chapecó (SC), contará com cinco *campi* – um na própria cidade-sede e outros em Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Laranjeira do Sul (PR) e Realeza (PR). As aulas deverão ter início em 2010, segundo a relatora da proposta, Ideli Salvatti (PT-SC).

ÁREA DE PRESERVAÇÃO

Proposta aprovada pela Comissão de Meio Ambiente autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a receber de três empresas, como pagamento de dívidas previdenciárias, um imóvel em Tailândia (PA) com área superior a 33,6 mil hectares. Conforme o projeto (PLC 50/06), o imóvel será transformado em área de preservação ambiental.

projetos aprovados

De 24 a 28 de agosto

Plenário

➔ **PDSs 611 e 612/09** – Programação monetária para o 2º e 3º trimestres de 2009. Vão à Câmara dos Deputados.

➔ **Acordos internacionais (PDS) que vão à promulgação:**

391/09, entre Brasil e França sobre ensino superior;
392/09, com El Salvador sobre passaportes;
394/09, de cooperação econômica com o Cazaquistão;
398/09, com o Equador sobre cooperação em defesa;
400/09, que altera o Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no Mercosul;
432/09, adicional ao acordo de complementação do Mercosul;
476/09, complemento ao convênio de seguridade social com a Espanha.
486/09, protocolo de compromisso

com a promoção e proteção dos direitos humanos do Mercosul;
489/09, com a Hungria sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de diplomatas;
510/09, que estabelece faixa sem construções em zonas urbanas na fronteira com o Paraguai;
482/09, que altera estatuto da conferência de Haia de Direito Internacional Privado;
485/09, com a Índia sobre atividades remuneradas por parte de dependentes de diplomatas;
490/09, que aprova texto da 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida;
495/09, de cooperação em agropecuária com Israel;
501/09, de cooperação em sociedade da informação com África do Sul e Índia;
504/09, de intercâmbio cultural com a Espanha.

➔ **PLC 204/08** – Do deputado Arlindo Chinaglia, estabelece normas gerais para perícias oficiais. Vai à sanção presidencial.

➔ **Mensagens 86 e 132** – Indicações de Brian Michael Fraser Neele para o cargo de embaixador do Brasil na Antígua; e de George Ney de Souza Fernandes para acumular o cargo de embaixador na Líbia e em Malta.

➔ **Pareceres 584 e 648** – Indicações de Dalvino Troccoli Franca para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; e de Gilvandro de Araújo para o de procurador-geral do Cade.

➔ **PRS 22/09** – Do senador José Sarney (PMDB-AP), suprime a exigência de entrega de declaração por indicados aos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público. Vai à promulgação.

Comissões Vão à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame em Plenário

➔ **PLS 387/08** – Do senador Paulo Paim (PT-RS), estende adicional de periculosidade a atividades que impliquem situação de risco de vida, entre outros. Aprovado na CAS.

➔ **PLS 196/09** – Da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), institui piso salarial nacional para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Aprovado na CAS.

➔ **PLS 408/08** – Do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), estende benefício da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel residencial do fiador. Aprovado na CCJ.

➔ **PLS 52/09** – Do senador Demos-

tenes Torres (DEM-GO), prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia. Aprovado na CCJ.

➔ **PLS 70/09** – Do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), estabelece a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio. Aprovado na CE.

➔ **PLS 403/07** – Do ex-senador Wilson Mattos, institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica. Aprovado na CE.

➔ **PLS 141/09** – Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), institui o Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública. Aprovado na CE.

➔ **PLS 152/09** – Da Presidência da República, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. Aprovado na CE.

debates

Devolução de embalagens de produtos veterinários

Embalagens vazias de produtos veterinários que contenham pesticidas em sua fórmula e sejam considerados perigosos terão regras de descarte para evitar danos à população e ao meio ambiente.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto (PLS 718/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que obriga os compradores a devolver as embalagens e atribui ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a missão de coordenar o recolhimento e a destinação final dos recipientes.

O relator da matéria, senador César Borges (PR-BA), alterou o projeto para que o comprador siga instruções, em bulas ou rótulos, sobre a devolução das embalagens vazias, em até um ano, a partir da data de compra do produto.

Embaixador vê boa posição do país para debater clima

O Brasil está em condições de levar números positivos para Copenhague (Dinamarca), onde será realizada, em dezembro, a COP-15 – 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima –, quando se discutirá a redução das emissões de gases do efeito estufa. O peso de redução do desmatamento cacifa o Brasil a propor ações dentro do mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação.

Essas são algumas das análises apresentadas pelo embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Sérgio Barbosa Serra, durante debate na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

CMA vai discutir mudanças no sistema de concorrência

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) decidiu realizar debate sobre o projeto de lei (PLC 6/09) que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A reunião será feita em conjunto com as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

A CMA também vai pedir ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, esclarecimentos sobre dotações orçamentárias destinadas a empreendimentos federais geridos pelo setor privado, por meio de contratos de concessão, como ferrovias e rodovias. A interpretação é que há limites jurídicos para a destinação de recursos para bens públicos concedidos.

Falta de política pública amplia mortes de crianças com câncer

Índice de cura de câncer em crianças no Brasil é inferior ao de países desenvolvidos. Acesso a medicamentos limitado e falta de diagnóstico precoce são apontados como problemas

Dez mil crianças e adolescentes acima de quatro anos morrem de câncer anualmente no Brasil, número que poderia ser bem menor se o governo ampliasse os recursos destinados à compra de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberasse o uso de novas drogas. A afirmação é do presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), Renato Melaragno. Ele participou de debate sobre o assunto na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Melaragno apontou a defasagem da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), que não é reajustada há dez anos. Afirmou que, enquanto o tratamento de uma criança com câncer custa entre R\$ 3 mil e R\$ 12 mil, as instituições conveniadas recebem somente R\$ 1,2 mil do SUS e o governo “joga a responsabilidade” para instituições não governamentais.

Ao lamentar as limitações de atendimento a pacientes com câncer pelo sistema público de saúde, Melaragno fez referência ao medicamento usado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que passa por tratamento contra um linfoma.

– Por acaso a ministra pertence a uma casta superior? – questionou ele, afirmando que o medicamento recebido pela ministra custa R\$ 5 mil, não sendo, portanto, fornecido pelo SUS. Ele também criticou a Anvisa por não liberar medicamentos e exames já aprovados no exterior.

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que, na Europa e nos Estados Unidos, o índice de cura do câncer em crianças é de 77%, contra 50% a 60% no Brasil. Ela também comentou que o câncer infanto-juvenil é responsável pelo maior número de mortes de crianças acima de quatro anos no Brasil. Quando se inclui outras causas de mortes, o câncer perde apenas para a violência urbana e os acidentes.

O senador Flávio Arns (sem partido-PR) disse que, se necessário, a comissão deve recorrer ao Ministério Público para que os remédios sejam fornecidos aos doentes de câncer.



Debate presidido por Rosalba Ciarlini listou limites do SUS no atendimento a pacientes com câncer



Na infância, doença é a segunda causa de morte

Embora a incidência de câncer entre as crianças e os adolescentes seja muito menor do que nos adultos, correspondendo a apenas 2% a 3% de todos os tumores malignos, conforme estimativa do Instituto Nacional do Câncer (Inca), a doença é considerada a segunda causa de óbitos da faixa infanto-juvenil acima de quatro anos de idade. Ela só está abaixo das mortes por violência e acidentes.

Levantamento realizado em 2005 revelou, segundo o Ministério da Saúde, que o câncer foi responsável por 8% de todos os óbitos registrados naquele ano para a faixa de 1 a 19 anos. A situação nos países desenvolvidos também aponta o câncer pediátrico como a segunda causa dos óbitos até 14 anos, atrás apenas dos acidentes.

Apesar desse quadro, a mortalidade de crianças, especialmente as portadoras de leucemias, linfomas e tumores sólidos, caiu significativamente no mundo graças à melhora do tratamento em instituições especializadas, o que resultou no aumento da sobrevida nos últimos 30 anos.

O maior estudo de sobrevida ao câncer pediátrico mostra que as melhores taxas ocorreram em países com diagnóstico centralizado e com um protocolo terapêutico.

Nos países em desenvolvimento, as taxas de sobrevida são menores, segundo estudo intitulado *Câncer na criança e no adolescente no Brasil*, do Inca. No Brasil, estudo realizado em São Paulo apontou sobrevida de 41% para o período 1997 e 1998 em crianças de até 14 anos.

Diagnóstico precoce amplia chances de cura

O diagnóstico precoce é fundamental para a cura do câncer sem sequelas. No entanto, os especialistas que participaram do debate na CAS observaram que nem todos os brasileiros têm acesso aos exames e tratamento na fase inicial da doença.

Por sugestão do senador Augusto Botelho (PT-RR), a senadora Rosalba Ciarlini vai propor a aprovação de emenda da CAS ao Orçamento da União destinando recursos para a saúde das crianças e dos adolescentes, entre outros projetos de lei que beneficiem portadores de câncer, ampliando, por exemplo, o acesso dos pacientes aos medicamentos.

ambiente legal

Cigarro já matou 1 bilhão de pessoas

O cigarro já matou 1 bilhão de pessoas, muito mais do que todas as vítimas das guerras do século 20, segundo a American Cancer Society. O *Atlas do tabaco*, apresentado pela instituição, destaca que um terço da população mundial é fumante, a maioria em países em desenvolvimento, e que o uso do tabaco vai matar 6 milhões de pessoas em 2010.

Restrição em bares aumenta lucros

A economista Hana Ross, que participou da publicação do *Atlas do tabaco*, disse que a lucratividade dos bares e restaurantes nas cidades onde as leis de banimento do fumo foram implantadas cresceu 30% em um ano. Essa informação contraria o argumento mais utilizado pelos donos de estabelecimentos contra a restrição ao fumo.

US\$ 300 milhões por ar mais limpo

O governo dos Estados Unidos espera poupar aproximadamente 114 milhões de litros de petróleo por ano com um programa destinado a melhorar a qualidade do ar das cidades. O programa concederá US\$ 300 milhões a estados e municípios para que adquiram mais de 9 mil veículos com uso eficiente de energia e movidos a combustíveis alternativos.

Adesão à campanha “Saco é um Saco”

A empresa CPFL Energia aderiu à campanha “Saco é um Saco”, lançada pelo Ministério do Meio Ambiente em junho para conscientizar o cidadão sobre a necessidade de reduzir o uso de sacolas plásticas. O ministério está buscando parcerias para ajudar a divulgar a necessidade de mudança desse hábito dos consumidores.

Distribuição de sacolas reutilizáveis

Com 6,4 milhões de clientes em 568 municípios de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, a CPFL Energia distribuirá cerca de 10 mil sacolas reutilizáveis para

os colaboradores e parceiros. Também divulgará, de agosto a outubro deste ano, mensagens nas contas de luz de todos os clientes que utilizam a rede de baixa tensão.

crise

STF nega liminar para que Plenário examine denúncias

Decisão provisória de Eros Grau foi tomada na sexta-feira em resposta a mandado de segurança de sete senadores que questionam decisão da Mesa sobre representações contra Sarney

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau rejeitou, em caráter liminar, o mandado de segurança para que as representações contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), sejam examinadas pelo Plenário.

O mandado de segurança foi impetrado por sete senadores. Eles questionam decisão da Mesa Diretora que considerou não ser cabível recurso contra o arquivamento das represen-

tações oferecidas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra Sarney.

Assinam o documento os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Jefferson Praia (PDT-AM), José Nery (PSOL-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Os senadores argumentam que cabe exclusivamente ao Plenário decidir sobre matérias que tratam de perda de manda-

to, de modo que “órgão parcial, proporcional e relativo como o Conselho de Ética não tem a força, por si somente, de cassar um mandato, nem, por óbvio, de não cassar”.

O despacho da Mesa Diretora foi assinado pela 2ª vice-presidente do Senado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), com base em nota do Consultor Legislativo Gilberto Guerzoni Filho.



Sarney (C) com Virgílio e Sérgio Guerra, do PSDB: partido anunciou a saída de seus representantes do Conselho de Ética devido ao arquivamento das representações contra o presidente do Senado

SOLIDARIEDADE AO CASEIRO FRANCENILDO

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) prestou solidariedade ao caseiro Francenildo Costa, seu conterrâneo, “por ter sido derrotado” em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Por cinco votos a quatro, o STF rejeitou, na quinta-feira, o pedido do Ministério Público Federal de abertura de processo criminal contra o ex-ministro da Fazenda e hoje deputado federal Antonio Palocci (PT-SP), por suposta participação em quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro, em 2006.

– Invadiram suas contas, a sua privacidade e até hoje esse rapaz vive, segundo a imprensa, de biscate – lamentou o senador.

APOSENTADOS

Os aposentados brasileiros enfrentam no governo Lula perdas jamais observadas, nem mesmo durante o governo militar. A afirmação é do senador Mão Santa (PMDB-PI), que falou das inúmeras mensagens eletrônicas que chegam ao seu gabinete pedindo a aprovação de iniciativa capaz de restaurar o poder de compra dos benefícios previdenciários.

– Os militares nunca roubaram os aposentados do Brasil.

DEVOLUÇÃO DE SALÁRIO

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que solicitará à Mesa Diretora do Senado que seja cobrada a devolução dos pagamentos recebidos, a título de salário, pelo atual diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot. De acordo com o senador, Pagot recebeu do Senado mais de R\$ 400 mil, em valores atuais, entre 1995 e 2002, acumulando o cargo de secretário parlamentar com a função de diretor-superintendente da empresa Hermasa.

PAC EM RONDÔNIA

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) enalteceu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo federal em 2007. Para ela, o PAC é um instrumento de proteção da economia brasileira, já que a sua raiz está fincada em obras estruturantes.

Fátima informou que Porto Velho experimenta “mudança fantástica” em seu ciclo de desenvolvimento. O motivo, conforme observou, é que centraliza a maior parte dos recursos do PAC, que somam R\$ 21 bilhões, direcionadas para as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira.

GETÚLIO VARGAS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou os 55 anos da morte de Getúlio Vargas, que governou o país por 18 anos, em dois períodos distintos. Segundo ele, é preciso lembrar o legado da Era Vargas, pois as ações do período mudaram a cara do país. Entre os avanços, Zambiasi citou o sufrágio universal e o voto feminino. Na área trabalhista, ele mencionou a lei do salário mínimo, a criação da carteira profissional e a edição da Consolidação das Leis do Trabalho.

ESTÍMULO AO EXTRATIVISMO

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu na sexta-feira uma política de incentivo às exportações de borracha e castanha produzidas no Acre. O senador sugeriu que o presidente Lula promova “um grande acordo para que os outros países voltem a comprar esses produtos do estado”. – O mundo inteiro deixou de comprar esses itens do Brasil para adquiri-los em outros lugares – ressaltou Geraldo Mesquita Júnior.

Suplicy dá cartão vermelho. Sarney, “cartão branco, da paz”

Um cartão vermelho marcou na terça-feira o discurso em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que renuncie ao cargo. Imitando juízes de futebol, o senador mostrou um cartão vermelho para Sarney.

Para Suplicy, a renúncia de José Sarney faria com que o Senado funcionasse normalmente.

Por sua vez, Heráclito Fortes (DEM-PI) sugeriu que Suplicy

desse um cartão vermelho para o presidente Lula, “que é o responsável por essa crise”.

Na sessão de quarta-feira, Sérgio Guerra (PSDB-PE) questionou Sarney sobre entrevista ao canal GloboNews. Na avaliação de Guerra, a entrevista dá a entender que Sarney culpava a oposição – em especial o PSDB – pela “luta política” que gerou tantos impasses no Senado.

Em resposta, Sarney disse que

“o PSDB não teve nenhuma responsabilidade na origem dessa crise. Se naquela hora fui induzido pelo repórter a dizer isso, eu peço desculpas”.

Logo depois, Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou as palavras de Sérgio Guerra e afirmou que as denúncias contra Sarney “vieram de fora para dentro”.

José Sarney aquiesceu e acrescentou: “O meu cartão é o cartão branco: o cartão da paz”.

Flávio Arns comunica ao Plenário pedido de desfiliação

Flávio Arns (PR) comunicou, na última quinta-feira, que pediu sua desfiliação do PT. Em carta ao Diretório Municipal do partido em Curitiba, o senador afirmou que a orientação para o PT votar pelo arquivamento das representações contra José Sarney no Conselho de Ética foi dada “em flagrante distanciamento e violação aos

princípios e diretrizes que sempre nortearam o ideal do partido.”

Sobre a possibilidade de perder seu mandato por infidelidade partidária, afirmou que enfrentaria “com tranquilidade e segurança” um debate judicial sobre a questão. “Não fui eu o infiel, mas sim o partido, que foi infiel à sua história e ao seu programa”, disse.

Na terça-feira, também devido ao arquivamento, o DEM e o PSDB anunciaram a saída dos seus representantes do Conselho de Ética. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que o partido não vê no colegiado legitimidade para, “com o contraditório”, decidir sobre possíveis quebras de decoro parlamentar.

Jucá: Lina não esteve no Planalto em dezembro

Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira não entrou no Palácio do Planalto no final do ano passado, para uma reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como ela afirma. Lina declarou que, nesse encontro, a ministra pediu que ela agilizasse as investigações da Receita sobre empresas ligadas à família do presidente do Senado, José Sarney. A ministra negou que tenha havido tal encontro.

Jucá explicou o funcionamento dos sistemas de segurança nas entradas do Palácio do Planalto e contestou suspeitas de oposicionistas sobre a possibilidade de o governo “queimar provas” ao apagar a memória das câmeras de vigilância. A suspeita foi

manifestada quando o Gabinete de Segurança Institucional informou que as imagens das câmeras que gravam a entrada e das áreas externas do Planalto são apagadas a cada 30 dias.

Conforme o líder governista, as câmeras gravam até preencher uma memória de oito gigabytes, o que costuma ocorrer perto de 30 dias. Depois, as câmeras passam a gravar por cima das imagens antigas. Ele sustentou que a imprensa concluiu “por conta própria” que as gravações teriam de ser mantidas por seis meses e depois transferidas para um arquivo geral. Jucá explicou que esse prazo se refere a controles de crachás, placas de carros e nomes de visitantes tomados por escrito pelo pessoal da segurança. Com base nesses

controles de placas e nomes, Jucá informou aos senadores que Lina esteve no Planalto em 9 de outubro de 2008, 22 de janeiro, 16 de fevereiro e 6 de maio de 2009. “nenhuma dessas datas bate com o que a doutora Lina insinuou que teria feito em dezembro”, disse.

PETROBRAS

A Mesa acolheu na quinta-feira pedidos de informações sobre a Petrobras, apresentados por Alvaro Dias (PSDB-PR). Um deles solicita ao ministro da Justiça cópia do inquérito relativo à Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, que apontou irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima (PE).

UNIVERSIDADE NO SUL

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância da aprovação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na última terça-feira, de projeto de iniciativa do Executivo (PLC 152/09) que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. A nova universidade terá sede na cidade de Chapecó (SC) e contará com cinco campi – um na própria cidade-sede e outros em Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Laranjeira do Sul (PR) e Realeza (PR). Paim disse ter ficado muito feliz com a aprovação da proposta, que, como observou, vem ao encontro de projeto de sua autoria, apresentado em 2007, que autorizava o Executivo a criar a Universidade do Mercosul.

institucional

Performance e palestra em homenagem à França

No Ano da França no Brasil, Senado promove apresentação de espetáculo de dupla francesa e debate sobre o papel do Legislativo nas relações exteriores

O espetáculo *Les Urbanologues Associés*, da companhia francesa Lézards Bleus, foi um dos eventos promovidos na semana passada pelo Senado Cultural, em parceria com a Aliança Francesa e a embaixada da França em comemoração ao Ano da França no Brasil.

Dezenas de pessoas presenciaram a performance do “homem-aranha” Antoine le Menestrel, que escalou a fachada do edifício do Interlegis apresentando uma mescla de acrobacia, mímica e humor, acompanhado pelo maestro Jean-Marie Maddeddu, que interagiu com o público e com o colega por meio de sons de flauta, baquetas e um tipo de ocarina.

Também fez parte da homenagem a palestra “A política exterior das assembleias legislativas: Apoio ou contra-apoio do Executivo”, aberta pelo ministro-conselheiro da embaixada da

França, Xavier Lapeyre de Cabanes. Na ocasião, ele e o professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco Amado Luiz Cervo afirmaram que, apesar de somente o Executivo poder falar em nome do Estado e assinar acordos internacionais, o Parlamento representa papel fundamental, diferente em cada país, nas relações internacionais.

No caso do Brasil, Cervo registrou que o Parlamento tem, para interferir na política externa, instrumentos como o exame de tratados firmados; a aprovação de legislação, inclusive interna; a apreciação do orçamento; a convocação de ministros e a sabatina aos embaixadores. Pode



“Homem-aranha” francês, da companhia Lézards Bleus, transforma prédio do Interlegis em palco vertical

ainda atuar pela formulação de um pensamento político aplicado às relações internacionais, disse o professor.

Senado começa recadastramento de servidores

Foi iniciado na quinta-feira, e prossegue até o dia 28 de setembro, o recadastramento dos servidores do Senado – efetivos e comissionados –, por meio de formulário eletrônico a ser acessado pela internet.

A medida visa atualizar os dados pessoais, funcionais e de dependentes, bem como de outras informações importantes para a administração pública. Conforme o ato do 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que instituiu a medida, o Senado é obrigado a realizar o recadastramento todos os anos.

SENADO ONLINE MULTIMÍDIA

A newsletter semanal *Senado Online*, criada pela Agência Senado, ganhou uma nova versão. Agora inclui reportagens em texto, foto, áudio e vídeo que reforçam a cobertura realizada pelos veículos da Casa. Produzida a partir de parceria entre Agência Senado, *Jornal do Senado*, TV Senado e Rádio Senado, a newsletter *Senado Online* permite ao usuário acessar diretamente na mesma página as reportagens em seus vários formatos multimídia. O acesso à última edição está em www.senado.gov.br/comunica/agencia/novomultimidia/default.html.

Mesa Diretora regulamenta estágios na Casa

A Mesa do Senado aprovou na quinta-feira ato da Comissão Diretora que regulamenta o programa de estágios na Casa. Conforme essa norma, o estagiário receberá uma bolsa mensal de R\$ 830 e um auxílio de R\$ 120 por mês, para transporte.

O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), explicou que o ato estabelece regras claras sobre direitos e deveres dos estagiários. Os interessados podem fazer inscrição pelo link Programa de Estágio (<http://www5.senado.gov.br/saes>), na página da instituição na internet.

Fim de adicional pelo trabalho em comissões

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira proposta que formaliza a proibição de pagamento de qualquer tipo de gratificação aos servidores do Senado, efetivos ou comissionados, por trabalho exercido como integrante de comissões permanentes, temporárias ou especiais constituídas no âmbito da Casa. A medida também atinge os grupos de trabalho.

O projeto de resolução (PRS 29/09), de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), será examinado agora pela Comissão Diretora. Segundo o senador, não se justifica o pagamento de “adicionais remuneratórios” por participação nessas comissões para o exercício de atividades que, no seu ponto de vista, já são “nitidamente” parte das funções dos servidores.

presidência

Prefeitos pedem melhor partilha de tributos da União

Acompanhados do senador Osmar Dias (PDT-PR), dezenas de prefeitos do Paraná pediram ao presidente do Senado, José Sarney, que a Casa vote o mais rápido possível proposta de emenda à Constituição (PEC 55/05) que propicia o que eles definem como uma melhor partilha dos tributos federais.

– Apresentei essa PEC para obrigar a União a repassar 10% para os estados e 10% para os municípios do total da arrecadação anual sobre as contribuições sociais. Com isso, o Fundo de Participação dos Municípios ganhará mais R\$ 25 bilhões, o que fará justiça aos 5.500 municípios brasileiros que, desde

a Constituição de 1988, vêm sendo sufocados por tarefas que não tinham antes – explicou Osmar Dias.

Segundo o senador paranaense, os colegas que sempre discursam em favor da causa municipalista têm agora a oportunidade de aprovar uma proposta beneficiando essas unidades da Federação.

Para o presidente da Associação de Municípios Paranaenses, Moacir Fadel, a destinação de mais receita tributária aos municípios aumenta a transparência no uso de verbas públicas, uma vez que os cidadãos estarão mais próximos para fiscalizar sua aplicação.

SARNEY DEFENDE POLÍTICA DE COTAS RACIAIS

Membros da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial e integrantes do Comitê Interamericano contra a Discriminação Racial e Xenofobia reuniram-se na terça-feira passada com o presidente José Sarney, que defendeu a política de cotas raciais.

– Não poderemos, senão através da discriminação positiva, alcançar o objetivo maior da igualdade – disse.

O deputado Vicentinho (PT-SP) agradeceu Sarney pela dedicação à causa.

Nota ao *Correio Braziliense* informa sobre horas extras

A Diretoria-Geral do Senado divulgou nota, na última sexta-feira, em resposta à matéria “Horas extras altas no mês do recesso”, publicada no mesmo dia pelo jornal *Correio Braziliense*. De acordo com a nota, “sobre o valor pago às horas extras no mês de agosto, referente a julho, esclarecemos que, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e no Sistema Siga Brasil, são unificados, numa rubrica, o pagamento de horas extras e outras gratificações. No mês em questão, o valor correto de horas extras atingiu R\$ 5,036 milhões e não R\$ 6,4 milhões, como está apontado na matéria, sendo portanto R\$ 1,4 milhão a menos”.

A nota da Diretoria-Geral informa ainda que, “com referência ao valor pago por horas extras no mês de julho, a Secretaria de Recursos

Humanos providenciará para que, havendo incorreções, haja compensação a ser ressarcida no mês de setembro aos cofres do Senado”.

Explicações sobre verba indenizatória

Também na semana passada, Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário do Senado, enviou ao *Correio Braziliense* carta em que responde a acusações publicadas pelo jornal relacionadas ao uso da verba indenizatória a que têm direito os parlamentares na manutenção de escritórios políticos regionais.

Segundo Heráclito, o repórter que redigiu as matérias intituladas “Senado em crise amplia regalias” e “Cabos eleitorais na folha do Senado” absteve-se de procurar técnicos e assessores da Casa, dando ao texto a interpretação que julgou mais conveniente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando César Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suelly Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Rádio debate MP que compensa perdas municipais

Medida Provisória 462/09 é o primeiro item da pauta e obstrui votações. Programa ouve senadores e representante dos municípios

A Rádio Senado apresenta nesta segunda-feira, no programa *Entrevista Especial*, reportagem sobre a Medida Provisória (MP) 462/09, destinada a compensar os municípios pelas perdas sofridas com a crise econômica e a consequente redução no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A medida provisória, já aprovada na Câmara dos Deputados, deverá ser a última a incluir os

chamados "contrabandos".

O programa vai ouvir a opinião dos senadores João Pedro (PT-AM) e César Borges (PR-BA) e do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Entrevista Especial

Senado FM e Ondas Curtas
Segunda-feira, 31/8, às 12h
Internet: segunda-feira, 31/8

Professor analisa *Jornal Nacional*

O *Estação da Mídia* destaca os 40 anos do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969. O professor Guilherme Jorge de Rezende fala sobre fatores que mantiveram o telejornal na programação e sobre episódios polêmicos ligados à linha editorial.

Programa trata de regras para pré-sal

O embaixador Rubens Ricúpero fala ao *Senado Economia* sobre os erros do Brasil em matéria de política ambiental. E o economista Paulo Viegas, consultor do Senado, trata do marco regulatório do pré-sal, que pode ser anunciado, nesta segunda-feira, pelo presidente Lula.

Estação da Mídia

Senado FM
Terça-feira, 1º/9, às 7h30

Senado Economia

Senado FM
Segunda-feira, 31/8, às 7h30
Internet: sexta-feira, 28/8

newsletter
SenadoOnline
Resumo semanal da Secretaria de Comunicação Social

Assine e receba uma seleção das principais notícias da semana



conteúdo multimídia produzido por:
Agência Senado
Jornal do Senado
Rádio Senado
TV Senado

fotos
vídeos
matérias especiais
áudios

conheça a newsletter
www.senado.gov.br/comunica/agencia/novomultimedia/default.html

assine em
www.senado.gov.br/agencia/newsSECS.aspx



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão

12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado

11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo

TV POR ASSINATURA:
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Greve

"Muitas vezes as greves no setor público se tornam abusivas e são feitas por pessoas que ganham bem mais que um trabalhador que recebe salário mínimo. Isso é muito ruim para o Brasil, porque os grandes prejudicados são os pobres, que necessitam do serviço público. Por isso, seria importante uma lei que regulamentasse essas greves. Espero que o Congresso Nacional tome essa iniciativa em nome do povo brasileiro e, especialmente, dos mais necessitados e dos mais carentes. Lembro que não é necessário proibi-las, mas deve-se colocar um limite."

José Osivan Barbosa de Lima, de Jatobá (PE)

Comando policial

"Parabenizo os parlamentares por terem aprovado o projeto de lei que visa à criação de um comando policial. Em alguns estados do país, o comando policial já trabalha, combatendo o vandalismo nas escolas. Goiás, Minas Gerais, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Roraima e Brasília ainda não possuem esse serviço. Sugiro que o comando seja estendido ao Amazonas, para que haja mais proteção nas matas."

Leonardo Almeida dos Santos, de Lajedo do Tabocal (BA)

Desigualdades sociais

"A América Latina precisa de governantes que lutem contra as desigualdades sociais, protejam o povo e, principalmente, que não sejam fantoches de países estrangeiros que buscam tão somente dominar."

Marcos André da S. Gomes, de Girau do Ponciano (AL)

Tráfico de animais

"Sugiro que se aumente a pena com relação ao tráfico de animais, pois muitas vezes ele está ligado ao sustento do tráfico de drogas. É necessário haver mais instrumentos punitivos para os traficantes."

Laudelina da Silva, de São Paulo (SP)

Educação

"É interessante observar que a nossa Constituição, no artigo 205, reza que a educação será promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Em contramão, é triste constatar que a estrutura curricular do ensino básico do Brasil não atende às finalidades constitucionais. Entre tantas lacunas, falta-nos uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade e, principalmente, uma educação constitucional."

Lucas Cavalcante de Lima, de Caicó (RN)

Imparcialidade

"Que credibilidade pode ter um julgamento cujo juiz é amigo do réu? Pela legislação vigente no país, sabemos que isso resultaria em suspeição, ou seja, quando há dúvidas quanto à imparcialidade e independência com que deve atuar. O senador José Nery havia entrado com uma representação contra o presidente do Conselho de Ética, senador Paulo Duque – amigo de longa data de Sarney –, por suspeição. Durante a reunião, Paulo Duque recusou a representação. É um absurdo."

Thiago Alves Azevedo, do Rio de Janeiro (RJ)

Agentes públicos

"Vivemos um período em que não há respeito para com a população. Escândalos envolvendo o Congresso Nacional, políticos que não respeitam a Constituição e saem ilesos, sem nenhum tipo de punição. A legalidade foi posta de lado. O pressuposto de que os atos públicos são legais, até que se prove o contrário, já não tem mais validade. A isonomia não tem mais significado. A moralidade jurídica desceu pelo ralo e a impessoalidade deixou de existir. Todos os escândalos demonstram que os políticos tratam suas condições atuais de deputados, senadores, governadores e presidentes como se fossem condições pessoais e não de agentes públicos."

Diego Campidelli Colombo, de Taguatinga (DF)

frases



Nenhuma dessas datas bate com o que a doutora Lina insinuou que teria feito em dezembro. Então, deixo a bola para a doutora Lina e ela, se quiser, que diga a data em que, em tese, teria havido uma reunião que não houve

Romero Jucá, contestando afirmação da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira sobre encontro com a ministra Dilma Rousseff.



GERALDO MAGELA

Devo admitir que fica até complicado devolver, na mesma moeda, as sandices lulistas, jogadas ao vento em atos eleitorais travestidos de inaugurações, sob pena de infringir o decoro parlamentar

Jarbas Vasconcelos, ao criticar discursos do presidente Lula.

Na vida, tudo que é preciso explicar é ruim; e, quando se tem que explicar demais, o caldo entorna

Heráclito Fortes, sobre a atuação do governo para desmentir a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira.

O que faz o juiz nos campos de futebol do Brasil para que todos o entendam? Apresenta o cartão vermelho. O melhor passo para a saúde do Senado Federal e do próprio presidente José Sarney é o simbolizado neste cartão vermelho, ou seja, que ele deixe a Presidência do Senado e permita que o Senado volte aos seus trabalhos normais

Eduardo Suplicy, ao pedir o afastamento do presidente do Senado.

O meu cartão é o cartão branco: o cartão da paz

José Sarney, presidente do Senado.

Por muito tempo, as universidades federais estavam quase que abandonadas, e hoje temos não só a recuperação da qualidade do ensino, mas, principalmente, a expansão em áreas extremamente críticas

Aloizio Mercadante, referindo-se ao esforço do governo para retomar a ampliação das universidades federais.



GERALDO MAGELA

Se houver um debate judicial, vamos enfrentar (...) para que o Brasil possa ter uma jurisprudência que diga que fidelidade tem de ser de mão dupla: minha com o partido e do partido com seu ideário, filosofia, história, programa. Não fui eu o infiel, mas sim o partido foi infiel à sua história e ao seu programa

Flávio Arns, sobre sua desfiliação do PT.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Função do Copom é sobretudo técnica

"Qual a razão de o Comitê de Política Monetária não ser democratizado, incluindo representantes do meio empresarial, da classe trabalhadora e de partidos políticos, de modo que as decisões possam ser discutidas de forma mais abrangente, vinculando-as aos interesses da sociedade e não do sistema financeiro?"

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

O senador **Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)** responde:

O Comitê de Política Monetária (Copom) é um órgão técnico do Banco Central que tem a responsabilidade de fixar a taxa básica de juros e conduzir a política monetária do país. Como órgão técnico, ele trabalha baseado em dados. Suas decisões são tomadas exclusivamente com amparo em cálculos e informações técnicas. Sendo assim, elas não são influenciadas por questões políticas, ideológicas ou pessoais.



Anvisa restringe venda de produtos em drogarias

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou, este mês, novas regras para a venda de medicamentos pela internet e para a oferta direta de remédios ao usuário por drogarias e farmácias. Neste *Especial Cidadania*, conheça as normas fixadas para esses estabelecimentos, que terão seis meses para se adaptar.

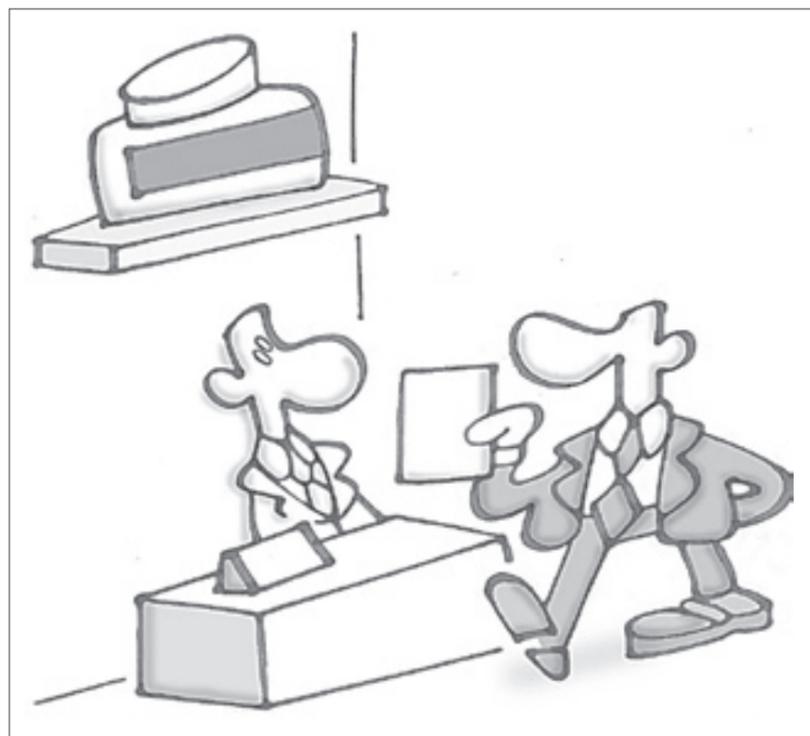
Regras protegem contra acesso indiscriminado a remédios

Racionalizar o uso dos medicamentos e reduzir a automedicação foram os principais motivos para a edição da Resolução 44 da Anvisa. De acordo com a agência, a nova norma reforça as regras para o comércio de medicamentos e a prestação de serviços nos estabelecimentos farmacêuticos desvirtuadas por interpretações pessoais de comerciantes amparados por leis municipais e estaduais. As penas para as infrações variam de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão, conforme a Lei 6.437/77.

Para Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o

mais importante é que haja uma maior fiscalização pela Anvisa. Na avaliação da senadora, a oferta de outros produtos em farmácias e drogarias não é um fato grave. Gravíssima, disse, é a venda de remédios sem receita médica, um risco para a saúde da população.

– Vemos muitos vendedores facilitando o acesso a antialérgicos e antigripais, que podem causar problemas sérios em alguns casos. Na Alemanha e Espanha, por exemplo, produtos alimentares e outros são vendidos nas farmácias, mas



o acesso aos medicamentos mais simples só pode ser feito meio de receita médica, o que não ocorre no Brasil – observou a senadora, que é médica.

Rosalba comemora a determinação da Anvisa de levar os remédios para longe do alcance dos usuários nas drogarias. Ela enfatiza ainda a necessidade da presença dos farmacêuticos para orientar a população na compra dos remédios mais simples, como analgésicos, e exigir sempre a prescrição médica para os medicamentos mais complexos.

Projetos sobre medicamentos em tramitação no Senado

PLS 222/09, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Modifica a lei sobre a vigilância sanitária de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (Lei 6.360/76) para inserir no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool advertência sobre os riscos associados ao uso frequente do produto. A proposta deverá receber parecer terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovada e não houver recurso para exame em Plenário, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

PLS 76/09, do senador Expedito Júnior (PR-RO) – Institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta considera carente o integrante de família com renda mensal *per capita* de até um quarto do salário mínimo (hoje, R\$ 116,25), além de determinar que somente serão fornecidos medicamentos prescritos em atendimento na rede de serviços do SUS e que não puderam ser oferecidos pela rede pública de saúde. A proposta aguarda parecer terminativo na CAS.

PLS 259/08, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) – Determina que a impressão do número do lote e das datas de fabricação e validade nos rótulos dos medicamentos deve ser nítida e de leitura compreensível. Aprovado pela CAS, depende agora de parecer terminativo na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

PLS 111/06, do ex-senador João Alberto Souza – Altera a legislação sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (Lei 9.250/95) para permitir a dedução de despesas com medicamentos. A proposta tem a mesma finalidade do PLS 152/05, do senador Mão Santa (PMDB-PI). Os dois projetos estão sendo analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde terão parecer terminativo.

Os principais pontos da norma

O que pode ser vendido

Podem ser comercializados em farmácias e drogarias os seguintes produtos regularizados junto à Anvisa e relacionados à saúde:

- medicamentos, plantas medicinais (em farmácias e ervanárias), cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e produtos médicos e para diagnóstico *in vitro* (utilizados para autoteste em casa).
- mamadeiras, chupetas, bicos e protetores de mamilos;
- lixas de unha, alicates, cortadores de unhas, palitos de unha, afastadores de cutícula, pentes, escovas, toucas para banho, lâminas para barbear e barbeadores;
- brincos estéreis (desde que a farmácia ou a drogaria furem a orelha para colocá-los);
- essências florais (em farmácias);
- alimentos para dietas e para controle de peso;
- repositores energéticos e suplementos vitamínicos;
- leites e alimentos à base de cereais para recém-nascidos e crianças;
- complementos alimentares para mulheres grávidas ou que estão amamentando;
- alimentos para idosos;
- chás, mel, própolis e geleia real.

Produtos proibidos

- *piercings* e brincos comuns não utilizados na perfuração da orelha;
- lentes de grau (exceto em cidades onde não haja estabelecimento específico);
- chicletes, balas, sorvetes e outros alimentos e bebidas.

Internet ou telefone

- Somente farmácias e drogarias abertas ao público, com farmacêutico presente durante todo o horário de funcionamento, podem vender remédios por telefone, fax ou internet.
- Para remédios sujeitos a prescrição médica, é preciso apresentar antes a receita ao farmacêutico por meio de fax, *e-mail* ou outros meios.
- Medicamentos de tarja preta somente poderão ser comprados pessoalmente.
- Os pedidos de remédios por intermédio da internet devem ser feitos somente nos *sites* de farmácias ou drogarias e esses devem ter o domínio “.com.br”.

Exposição de medicamentos

- Os medicamentos deverão permanecer em área de circulação restrita aos funcionários da farmácia ou drogaria, não sendo permitida sua exposição direta aos usuários.
- Somente poderão ficar ao alcance do consumidor os medicamentos fitoterápicos, os administrados por via dermatológica (ex.: pomadas) e aqueles sujeitos a notificação simplificada (como água boricada, glicerina, bicarbonato de sódio, etc.).
- Na área destinada aos medicamentos, deverá haver a seguinte advertência: “Medicamentos podem causar efeitos indesejados. Evite a automedicação: informe-se com o farmacêutico”.



Serviços autorizados

- Atenção farmacêutica: medição de pressão arterial, de temperatura e da taxa de glicose (com equipamentos de autoteste), além da aplicação de medicamentos e da atenção farmacêutica domiciliar.
- Perfuração da orelha para colocação de brincos: só pode ser feita com aparelho específico para esse fim e que utilize o brinco, devidamente esterilizado, como material perfurante.

Algumas definições

Drogaria – Estabelecimento onde drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos são comercializados em suas embalagens originais e sob orientação farmacêutica.

Farmácia – Estabelecimento de manipulação de fórmulas, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo a orientação farmacêutica e o atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

Ervanaria – Estabelecimento que, sob orientação farmacêutica, comercializa plantas medicinais.

Saiba mais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

SIA, trecho 5, área especial 57, bloco B, térreo
Brasília (DF) – CEP 71205-050
(61) 3462-6000

www.anvisa.gov.br

Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios, bloco G
Brasília (DF) – CEP 70058-900
Disque saúde: 0800 61 1997
www.saude.gov.br

Conselho Federal de Farmácia

SCRN 712/713, bloco G, nº 30
Brasília (DF) – CEP 70760-670
(61) 2106-6552

www.cff.org.br